

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE AÇÃO REGIONAL - CAR
FUNDAÇÃO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

VIABILIDADE DE REATIVAÇÃO DE GUARAQUEÇABA CO-
MO PÓLO ALTERNATIVO DE RECEPÇÃO DO PESCADO E
DOTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA

CURITIBA
FEVEREIRO/1981

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
INTRODUÇÃO	5
I - DIAGNÓSTICO	11
1 - CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA	11
1.1 - SETOR PRIMÁRIO	11
1.2 - SETOR SECUNDÁRIO	14
1.3 - SETOR TERCIÁRIO	16
1.4 - FINANÇAS PÚBLICAS	16
2 - POPULAÇÃO: EMPREGO E RENDA	20
3 - CONDIÇÕES DE VIDA	29
3.1 - HABITAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA	29
3.2 - SAÚDE	32
3.3 - EDUCAÇÃO	36
4 - SITUAÇÃO DA PESCA	41
4.1 - PRODUÇÃO	44
4.1.1 - Área de Pesca no Interior da Baía	44
4.1.2 - Área de Pesca em Mar Aberto	47
4.1.3 - Área de Pesca Combinada	48
4.2 - COMERCIALIZAÇÃO	49
5 - CONCLUSÃO	56
II - PROPOSTAS DE AÇÃO	58
1 - SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO	59
2 - CRIAÇÃO DE COOPERATIVA DE CONSUMO	65
3 - CONSTRUÇÃO DE ÁREA DE LAZER	69
4 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA PEQUENOS PRODUTORES POSSEIROS	72

5 - INSTALAÇÃO DE AGÊNCIA BANCÁRIA	76
6 - APOIO À COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADO	78
ANEXO 1 - ASPECTOS ECOLÓGICOS E AGROECOLÓGICOS	80
ANEXO 2 - PROCEDIMENTOS PARA A ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO DE PESCADO	90
ANEXO 3 - FORMULÁRIO APLICADO NA SEDE URBANA DO MUNICÍPIO	93
EQUIPE TÉCNICA	97

APRESENTAÇÃO

A inadequação do anterior planejamento convencional - cuja operacionalidade requeria instrumentos de política econômica e social privativos da administração federal e que, portanto, escapavam ao âmbito regional da administração estadual - somada à filosofia do Plano de Governo Ney Braga, cujas prioridades sociais estão orientadas à população de baixa renda, inspiraram a formulação de um planejamento alternativo.

Dentro dessa orientação, a Fundação IPARDÊS como órgão técnico do Sistema Estadual de Planejamento, cumpriu a definição da Secretaria de Estado do Planejamento, através da Coordenadoria de Ação Regional - CAR, atualmente vinculada à Secretaria de Estado da Administração, na formulação de Planos de Desenvolvimento Regional.

Desta forma, definiu-se, de início, os chamados setores de população-alvo do planejamento, que seriam objetos de pesquisa, com o propósito de conhecer "como estas populações vivem e como poderiam viver melhor", tomando-se como referencial básico do desenvolvimento o "aumento da renda real pessoal" e a "difusão espacial do bem-estar-social".

Nesse sentido, foi desenvolvido o PROLITORAL - Programa de Apoio à População Carente do Litoral, que deu origem e ao qual se integra o estudo ora apresentado.

A DIREÇÃO

INTRODUÇÃO

Guaraqueçaba está situada na região do Litoral paranaense, mais especificamente na zona da baía, juntamente com Paranaguá e Antonina.

O município possui uma extensão de aproximadamente 1 916 km² composto, em parte, por ilhas como Superagui, Peças, Game-las, Pogoçá, Rasa, entre outras menores. O acesso à sede do município até recentemente era realizado por barco através da Baía de Paranaguá, entretanto no início da década de 70 foi concluída a construção da estrada que possibilitou a sua ligação com Antonina e daí com outras regiões do Estado. A extensão dessa rodovia é de 103 km, sendo que apenas 20 km encontram-se recobertos com asfalto.

Estes dados iniciais permitem visualizar o relativo isolamento do município - principalmente de sua sede, a cidade de Guaraqueçaba - das demais regiões do Estado, mas não são suficientes para explicá-lo.

O isolamento relativo possui determinações estruturais, cuja compreensão não pode ser obtida simplesmente pela reconstrução histórica da cidade, mas pela sua forma de inserção na economia paranaense.

A necessidade de concentração das atividades econômicas

e de homogeneização do território para o livre fluxo do produto e dos fatores de produção-capital e trabalho-fazem com que as cidades-forma particular de apropriação do território pelas sociedades industriais modernas - se articulem em um sistema hierarquizado, expressando espacialmente uma nova divisão do trabalho inerente às sociedades modernas.

A presença de aglomerados urbanos aparentemente à margem deste sistema decorre da sua articulação com bases produtivas pertencentes a períodos anteriores. Sua sobrevivência e inserção subalterna num sistema urbano expressam a presença de determinações novas e dominantes que não são as mesmas que deram origem àqueles centros.

Neste contexto teórico é possível identificar o isolamento de Guaraqueçaba, ao mesmo tempo que se configura na região uma integração crescente de Paranaguá e demais cidades do litoral a um processo sócio-econômico dinâmico e cheio de vitalidade.

É um caso típico de sobrevivência, cuja expressão mais acabada é a situação de absoluta carência e de atraso.

A integração crescente de Paranaguá e outras cidades do litoral é expressão espacial das transformações por que passa a economia paranaense. De um lado, a tecnificação crescente da agricultura voltada para a exportação que demanda uma atividade portuária com toda a sua infra-estrutura de armazenamento, transbordo de cargas, etc; de outro, uma concentração geográfica de atividades industriais, comércio e serviço em Curitiba, que estende seus efeitos para outras partes do território, incorporando-o a uma região integrada. O litoral transforma-se em forne-

cedor de lazer para uma população urbana em expansão, daí a situação das cidades litorâneas, como Matinhos e Guaratuba.

Por sua vez, o município de Guaraqueçaba sobrevive com uma população - urbana e rural - voltada a uma economia assentada na pesca artesanal, incapaz de transformar-se do ponto de vista técnico e organizacional, e numa agricultura de subsistência em destruição.

A cidade, entretanto, além de ser uma forma de apropriação do território pelas atividades produtivas, é também um local de concentração das atividades de consumo, privado e social, e de seus suportes materiais - as instalações físicas, como edificações - que dependem da magnitude da população e de renda. Dada as atividades produtivas dominantes em Guaraqueçaba, que não permitem a geração de renda suficiente para criar um mercado de consumo dinâmico, tem-se como consequência a ausência quase total da provisão mínima de bens e serviços.

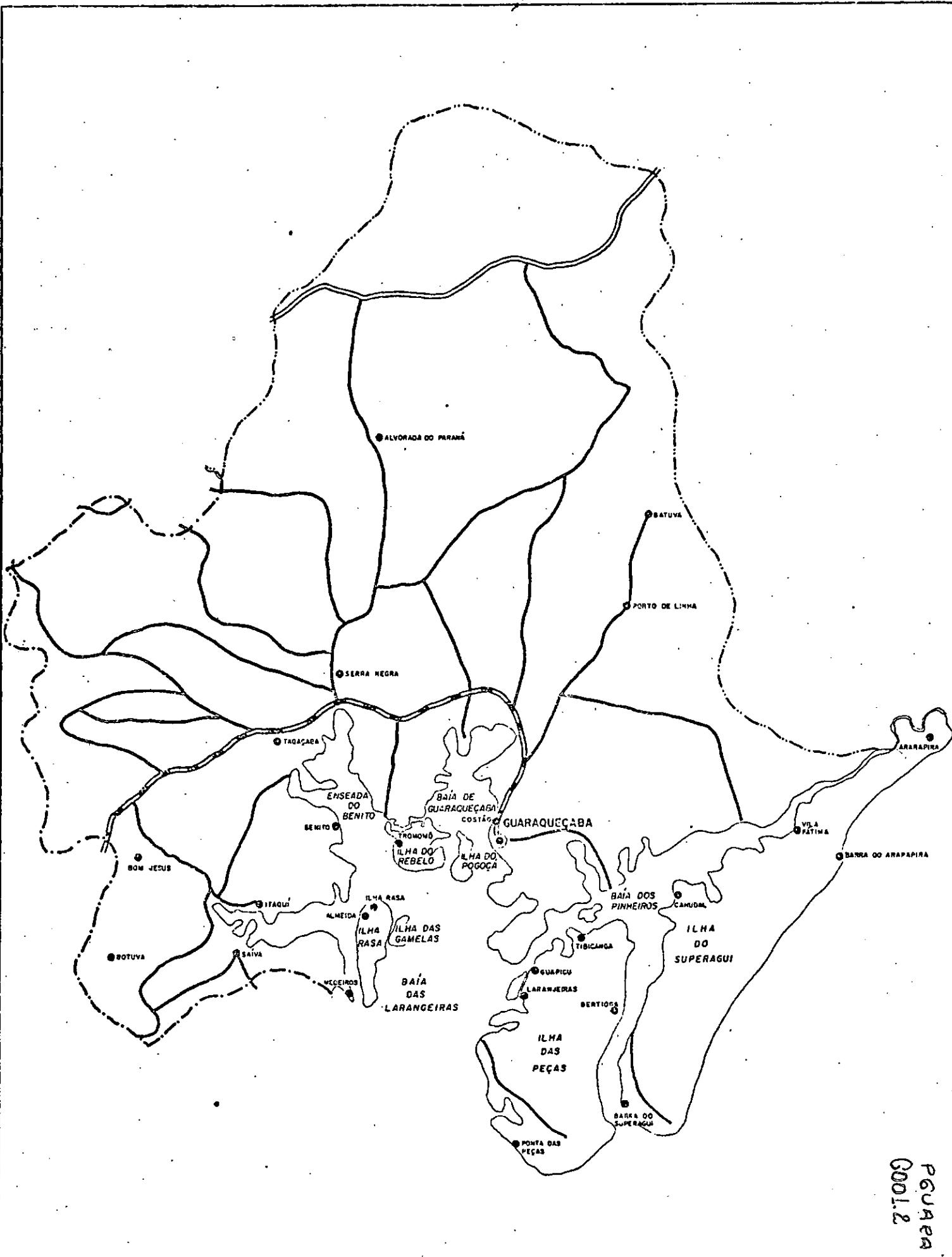
Daí a análise da estrutura produtiva do município e da cidade, do emprego e renda e das condições de vida para caracterizar a situação de carência e atraso, que mantém a população à margem dos requisitos mínimos necessários a uma existência humana. Daí também procurar-se pela intervenção do Estado para sanar situações geradas pela atuação "natural" dos mecanismos sócio-econômicos.

Para o diagnóstico, que sustenta as propostas, recorreu-se tanto a fontes secundárias como a pesquisa de campo.

Para a sede urbana, procedeu-se a aplicação de 113 formulários, o que representa 45% dos 250 domicílios existentes,

distribuídos proporcionalmente entre o centro da cidade e o bairro do Costão, sendo este último caracterizado pela concentração das residências dos pescadores locais, objetivando a apreensão das condições de vida da população através da coleta de dados sobre o emprego, renda, habitação, infra-estrutura, saúde e educação, conforme apresentado no Anexo 3.

Para as demais comunidades pesqueiras, a pesquisa não obedeceu critérios de amostragem e nem se deu através de instrumentos de coleta rígidos (formulários). Utilizou-se de entrevistas com a população em geral para detectar as reais necessidades desta, e mais especificamente, com os pescadores e comerciantes para uma possível quantificação do volume de pescado capturado e a renda proveniente dessa atividade, bem como delimitar os principais entraves da atividade na região.



P. GUARA
 0001.2

●	COMUNIDADES
⊙	SEDE DE MUNICÍPIO
---	LIMITE DE ESTADO
---	LIMITE DE MUNICÍPIO
==	RODOVIA PAVIMENTADA
---	LIMITE NATURAL
---	CARROÇAVEL

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO
IPARDES
INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SOCIAL
 PRULITORAL - VIABILIDADE DE REATIVAÇÃO DE GUARAQUECAMA COMO PÓLO ALTERNATIVA DE RECEIÇÃO DO PENCADO E DE DOTAÇÃO E DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA
RODOVIAS E ESTRADAS DO LITORAL
 FORTES FUNDAÇÃO IPARDES

I - DIAGNÓSTICO

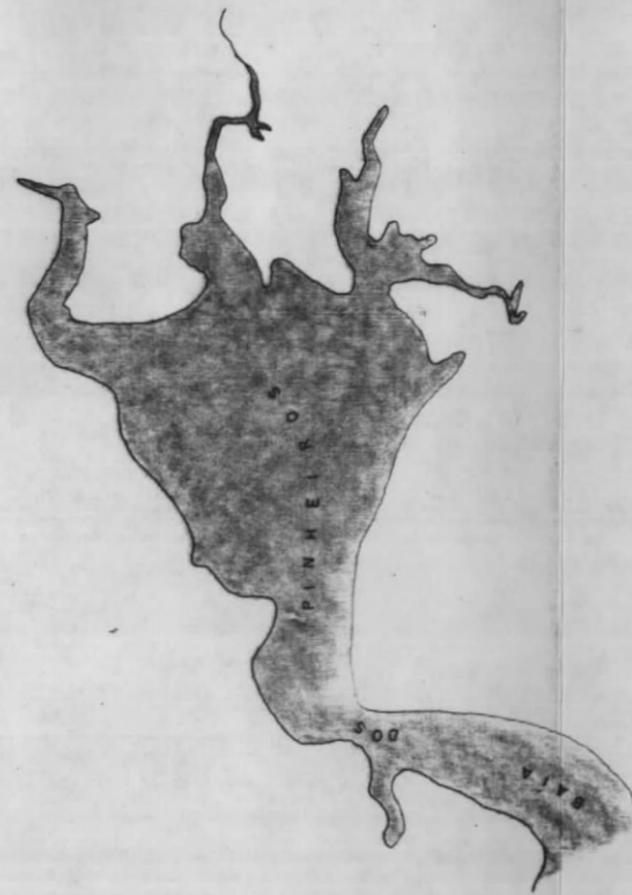
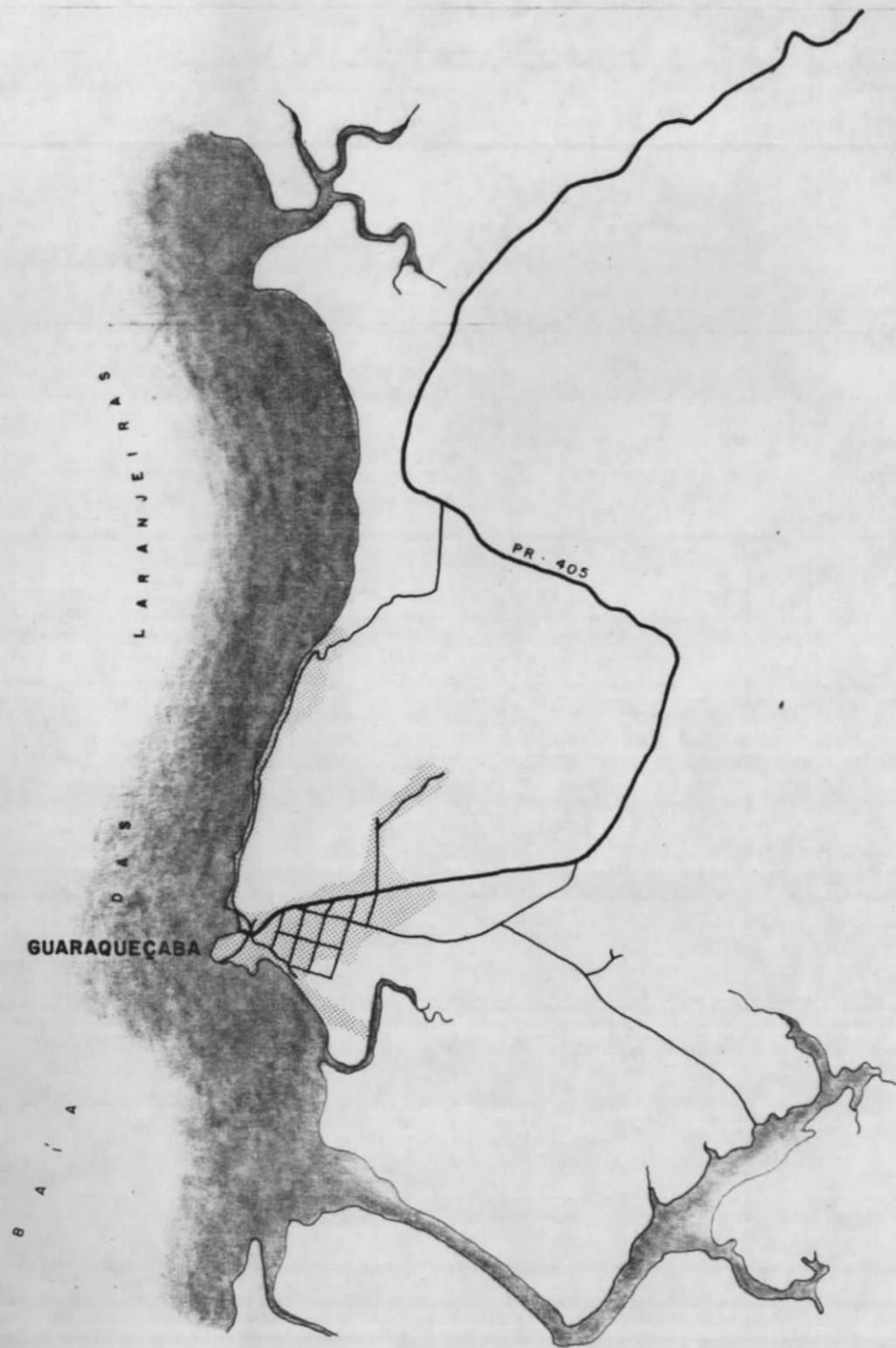
1 - CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA

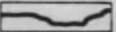
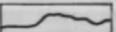
1.1 - SETOR PRIMÁRIO

Pode-se entender a região em estudo como parte de um processo mais amplo que caracteriza a problemática rural particularmente na década de 70, com acentuado ritmo de concentração de terras, confirmado pelos dados de imóveis rurais do INCRA que mostram uma sensível redução no número desses imóveis passando de 578 em 1972 para 444, em 1978. O que chama atenção na região é que esta concentração não parece responder, pelo menos a curto prazo, com um dinamismo econômico ao nível da apropriação da terra.

Nos primeiros cinco anos da década de 70 verifica-se um acréscimo de 110 501 ha de área incorporada e começam a surgir empreendimentos que se caracterizam pela apropriação de vastas extensões de terras (onze estabelecimentos ocupam 88% da área). Por sua vez os estabelecimentos de até 10 ha chegam a dobrar o seu número com uma incorporação de área muito pequena e reduzindo a área média deste conjunto (tabela 1).

Neste contexto surgem conflitos em torno da posse da terra, principalmente com pequenos ocupantes que aumentam também no período 70-75 mas com uma sensível redução de área ocupada. Em 1975, os ocupantes exploram 58,5% dos estabelecimentos com 2,2% da área total (ta-



	CONCENTRAÇÃO DE POPULAÇÃO
	PR 405
	RUAS

FONTE : FOTO
 -GRAFIA AÉREA - ESCALA - 1 : 25.000 - VÔO 1980
 INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA (ITC-PR)

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
IPARDES FUNDAÇÃO
 INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
 VIABILIDADE DE REATIVAÇÃO DE GUARAPUÃ COMO PÓLO AL-
 TERNATIVA DE RECEPÇÃO DO PESCADO E DE DOTAÇÃO E DE
 INFRA-ESTRUTURA BÁSICA
 LIMITE DA CIDADE DE GUARAPUÃ
 CURITIBA - PARANÁ

TABELA 1 - GUARAQUEÇABA - GRUPOS DE ÁREA TOTAL - 1970/75

ESTABELECIMENTOS (ha)	1970		DISTRIBUIÇÃO %		1975		DISTRIBUIÇÃO %		VARIACÃO ABSOLUTA 70/75		VARIACÃO RELATIVA 70/75	
	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)
> 1 a 10	174	1 078	35,1	7,0	346	1 803	55,2	1,4	172	725	98,9	67,3
11 a 50	281	6 302	56,7	41,0	221	5 144	35,3	4,1	(60)	(1 158)	(21,4)	(18,4)
51 a 100	25	1 697	5,0	11,0	26	1 880	4,2	1,5	1	183	4,0	10,8
101 a 500	14	3 521	2,8	23,0	18	3 552	2,9	2,8	4	31	28,6	0,8
501 a 1 000	1	605	0,2	3,9	3	2 468	0,6	2,0	2	1 863	200,0	307,9
1 001 a 100 000 e mais	1	2 178	0,2	14,1	11	111 033	1,8	88,2	10	108 855	1 000,0	4 997,9
SEM DECLARAÇÃO	-	-	-	-	2	-	-	-	2	-	-	-
T O T A L	496	15 381	100,0	100,0	627	125 880	100,0	100,0	131	110 499	26,4	718,4

FONTE: FIBGE - CENSO AGROPECUÁRIO - PARANÁ - 1970/75

bela 2).

TABELA 2 - GUARAQUEÇABA - CONDIÇÃO DO PRODUTOR - 1970/75

A N O S	T O T A L		PROPRIETÁRIO		ARRENDATÁRIO		PARCEIRO		OCUPANTE	
	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)
1970	496	15 381	236	10 804	4	370	3	75	253	4 132
1975	627	125 881	259	123 006	1	146	-	-	367	2 729

FONTE: FIBGE - CENSO AGROPECUÁRIO - PARANÁ - 1970/75

Os dados censitários mostram grandes investimentos na compra de terra e em culturas permanentes (banana, palmito e café). Assim, em 1975, de um total de Cr\$ 63 milhões investidos em agropecuária no litoral, Guaraqueçaba ficava com 44 milhões, ou seja, 69,9% do volume total dos investimentos dos produtores rurais na região. Desse volume, 11 milhões se destinou à compra de terras e 33 milhões para culturas permanentes.

Mas a pesquisa de campo mostrou que esses grandes estabelecimentos ainda se encontram com um nível muito pequeno de exploração econômica. E essa primeira ocupação produtiva é mínima, se analisada internamente a relação de área explorada sobre área total de cada propriedade; o extrativismo da madeira e do palmito domina nessa fase.

A atividade pecuária parece mais orientada para a criação de búfalos, porém constitui-se em um setor incipiente na região. No mesmo caso estão as culturas de banana, café e arroz que respondem pela parte agrícola dos novos empreendimentos em Guaraqueçaba.

A importância da produção das categorias de pequenos produtores e ocupantes está circunscrita a uma atividade familiar que visa sobretudo sua subsistência. São poucos os vínculos com o mercado desta agricultura baseada na mandioca, arroz e

milho.

Por sua vez a pequena produção, como se apresenta dispersa e não chega a criar um sistema de comercialização que sustente a possibilidade desse setor agrícola incrementar os vínculos com o mercado local, se restringe ainda mais diante do acentuado processo de apropriação de terras na região.

Tanto a nível de informações secundárias como a partir das inferências de campo, pode-se concluir que as modificações desta década não chegam a representar acréscimos significativos no setor agrícola da região.

É importante notar também que a presença destas explorações que marcam a região nesses últimos anos, não trouxe nenhuma alteração no ritmo de crescimento urbano ou qualquer indicação de dinamismo para o núcleo de Guaraqueçaba. Conforme se observou nas entrevistas de campo, as relações de comércio ou mesmo de emprego acabam se realizando fora dos limites da região.

A atividade pesqueira, principal objeto deste estudo, mereceu uma análise mais detalhada (item 4) no sentido de apreender a problemática da produção, comercialização e perspectiva de sustentação desta atividade, como frente mais importante de ocupação da população. Deve-se salientar também que é a atividade pesqueira da sede, e marginalmente das demais comunidades, que vem sustentando o nível da microestrutura urbana da região.

1.2 - SETOR SECUNDÁRIO

A fragilidade desse setor na região pode ser identificada pela alterações no Valor Agregado da indústria, que revela

um funcionamento marcado pela descontinuidade.

O setor industrial na região de Guaraqueçaba, ou o que se pode chamar de setor industrial, se caracteriza pela atividade ligada à extração da madeira e do palmito. A "indústria" da madeira está representada por quatro serrarias localizadas em Serra Negra e Tagaçaba e, funcionando internamente às propriedades, operam basicamente com suas matérias-primas, realizando apenas o desdobramento da madeira bruta. Já o beneficiamento do palmito é feito em uma fábrica de enlatados, sediada em Guaraqueçaba e outras duas, de porte caseiro, em Tagaçaba e Serra Negra.

As atividades referentes à extração da madeira têm se constituído em uma fase de apropriação da terra, para limpeza e ocupação da área, caracterizada como etapa transitória à uma definitiva.

Uma outra atividade do setor está ligada ao beneficiamento do pescado. Porém mantém-se desvinculada da produção local, operando basicamente com o pescado da área de Guaraqueçaba. O funcionamento da empresa estar ligado ao fato desta já possuir o registro no DIPOA, órgão responsável pela inspeção de produtos alimentares

Tanto por parte da empresa quanto entre os pescadores não se constatou uma perspectiva de intensificar as relações comerciais, as quais se mantêm como um aproveitamento marginal do pescado de Guaraqueçaba. A relação que a empresa estabelece com os pescadores locais, com atrasos em pagamentos e preços muito baixos, não representa uma alternativa de reforço para a produção dos pescadores da região.

Ainda na área de pescados, encontra-se em implantação uma empresa voltada à secagem de manjuba e algas, mas sua atividade não chegará a representar alterações de maior significado.

Conclui-se que as atividades industriais da região desempenham hoje uma base mínima da atividade econômica e com-

pouca geração de renda e diminuta frente de emprego. Além disso, a fragilidade e o caráter dessas atividades deixam transparecer poucas chances de avanço e sustentação do setor.

1.3 - SETOR TERCIÁRIO

Até aqui a análise procurou evidenciar a precariedade de vínculos das atividades agropecuárias e industrial extrativa com a estrutura urbana, sendo a atividade pesqueira, em última instância, aquela que tem sustentado, até o presente, esta estrutura. Neste ponto cabe colocar as condições das atividades de comércio e serviços que compõem o núcleo urbano.

O nível da atividade comercial da sede urbana do município acaba por se constituir em mais um indicador da precariedade da estrutura produtiva global da região. Além disso as dificuldades de acesso viário e a dispersão da população pelo vasto interior e ilhas não foram capazes de viabilizar um setor urbano propriamente dito.

O comércio na sede urbana de Guaraqueçaba se resume numa loja de artigos variados (confeccões, sapatos, bijouterias); três armazéns de secos e molhados e cinco botequins, explorado por pequenos comerciantes com mão-de-obra familiar.

O setor de serviços por sua vez compreende duas escolas, uma com o 1º grau completo; um distrito sanitário e um hospital; e serviços gerais de apoio à coletividade, como Sociedade Beneficiente, ACARPA e CAFE do Paraná.

1.4 - FINANÇAS PÚBLICAS

A perspectiva da administração municipal é suprir a ci-

dade de bens e serviços, no que viria contribuir, particularmente na geração de empregos à população local, porém tem seus limites definidos pela capacidade financeira.

Em Guaraqueçaba estes serviços são em sua maioria inexistentes, restringindo-se fundamentalmente à manutenção das escolas. E sem dúvida, esta situação está estreitamente ligada à debilidade das finanças municipais.

A análise da composição do balanço da prefeitura deixa transparecer diretamente as fontes e a diminuta expressão da receita municipal, o que é demonstrado na tabela que segue.

TABELA 3 - COMPOSIÇÃO DA RECEITA DO MUNICÍPIO - 1978/80.
(em Cr\$ 1 000,00 de 1980*)

ANOS	R E C E I T A		
	Própria	Transferência	Total
1978	1 063,5	12 545,3	13 608,8
1979	668,8	9 943,6	10 612,4
1980**	314,0	7 486,0	7 800,0

FONTE: BALANÇO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA

*Índice Geral de Preços - disponibilidade interna - coluna 2 conjuntura econômica.

**Orçamento da Prefeitura Municipal.

A perspectiva de incrementar a receita própria a partir da tributação está limitada pela precariedade de serviços de valorização e preservação da área urbana e pela própria inviabilidade de impor a uma população com rendimentos muito baixos, um dispêndio maior com esses tributos.

Outra alternativa consiste em elevar a participação do Município na Receita de ICM. No entanto, como o critério de dis-

tribuição desse imposto ao município é baseado na sua participação no Valor Adicionado do Estado, a tentativa de elevar a receita dependerá de um maior dinamismo econômico do município que não é a perspectiva que tem apresentado até o momento, uma vez que o Valor Adicionado tem se mantido estagnado como se percebe na tabela 4.

TABELA 4 - VALOR ADICIONADO POR SETORES, NO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA 1975/79

(em Cr\$ 1 000,00 de 1979*)

TOTAL	PRIMÁRIO		COMÉRCIO		INDÚSTRIA		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs	%
1975	12 836	91,0	1 273	9,0	-	-	14 109	100,0
1976	7 176	85,0	1 267	15,0	-	-	8 443	100,0
1977	16 948	90,4	1 723	9,2	68	0,4	18 739	100,0
1978	12 151	75,3	1 444	8,9	2 544	15,8	16 139	100,0
1979	14 532	81,6	3 033	17,0	256	1,4	17 822	100,0

FONTE: SEFI

*Índice Geral de Preços - disponibilidade interna - coluna 2 conjuntura econômica

Entretanto, a debilidade das atividades também restringe esta possibilidade. A composição do Valor Agregado-VA está centrada na atividade primária e sujeita a oscilações frequentes do VA da indústria, determinado fundamentalmente pelo nível da atividade madeireira ou da extração do palmito.

Desse modo, a pouca agregação de valor das atividades em geral determina uma receita sem condições de, a curto e médio prazos, reverter uma tendência de receita estagnada e pequena que não chega nem a acompanhar o processo inflacionário do país.

Nestas circunstâncias a receita se restringe a suprir os gastos com pessoal sem possibilidade de expandí-los e é pressionada com despesas de investimentos na manutenção e ampliação dos serviços prioritários e inadiáveis do continente e ilhas.

2 - POPULAÇÃO: EMPREGO E RENDA

As informações preliminares do Censo de 1980 reforçam a análise anterior evidenciando a fragilidade da estrutura produtiva como perspectiva de absorção da população. Entre 1970 e 1980 o município de Guaraqueçaba pode ser caracterizado como área de evasão de população na medida que em 10 anos seu crescimento ficou bem abaixo da média do Estado.

TABELA 5 - POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL - GUARAQUEÇABA - 1970/1980

ANOS	URBANA	RURAL	TOTAL
1970*	1 348	6 300	7 648
1980**	-	-	7 724

FONTE: FIBGE

*Censo Demográfico - 1970

**Dados Preliminares Censo Demográfico - 1980

As perspectivas de inversão neste processo estão muito ligadas ao ritmo de crescimento das atividades em expansão que, dada sua característica atual, trazem em si um componente de emigração que parece prevalecer. Porém, qualquer perspectiva de dinamismo dificilmente pode representar efeitos significativos para o núcleo urbano de Guaraqueçaba.

Como já foi visto anteriormente, as atividades ligadas ao setor rural não chegam a representar chances de maior signi-

ficado para a população local. E pode-se afirmar que o setor da pequena produção ainda constitui-se no maior absorvedor de mão-de-obra. Porém, face ao processo de concentração das terras, parece estar ocorrendo um movimento bastante significativo de evasão dessa população

Embora entre 1970 e 75 os estabelecimentos menores (menor que 10 ha) tenham praticamente dobrado seu número, passando de 174 para 346 e uma parcela muito significativa destes é constituída de pequenas áreas de ocupantes. Estas áreas, segundo informações obtidas na região e confirmadas pela imprensa paranaense, na medida em que se consolida o processo de apropriação de grandes áreas, começam a sofrer pressões, muitas vezes violentas, no sentido de assegurar e legalizar a posse dos imóveis. Isto propicia oportunidades de compra das pequenas áreas e a saída dos pequenos agricultores. As informações do INCRA, a grosso modo, reforçam esta idéia, quando se considera que entre 1972 e 1978 o número de imóveis rurais diminuiu de 578 para 444 imóveis.

Por sua vez as ocupações ligadas ao setor em expansão, como as madeireiras, têm caráter transitório e não apresentam perspectivas de incremento para absorção de um volume maior de mão-de-obra.

A atividade ligada à extração de palmito reúne um contingente significativo de palmiteiros, mas a fabricação de enlatados gera apenas 12 empregos e os outros 8 a 10 empregos urbanos, de caráter temporário, são gerados pela empresa de beneficiamento de pescado.

As demais ocupações do setor urbano são tratadas paralelamente às informações de renda, o que possibilita sua quali-

ficação e fornece um quadro mais elucidativo das oportunidades de emprego desta população (tabela 6).

Os dados da tabela 6 demonstram que nas faixas de renda de até 2 salários mínimos situam-se 73 famílias e apenas 8, das 113 famílias entrevistadas, alcançam as faixas acima de 4 salários.

Observa-se também que a oportunidade de auferir uma renda complementar vigora para menos da metade das famílias e que é maior a proporção das famílias com renda complementar nos grupos de renda a partir de dois salários.

Por sua vez nas faixas de renda mais baixa, até 3 salários mínimos, entre as famílias com renda complementar é maior a média de membros ocupados sem representar acréscimo direto nos rendimentos.

Os rendimentos variáveis por sua vez estão estreitamente ligados à atividade pesqueira e alguns biscates. Conforme pode ser observado na tabela 6, esses rendimentos se concentram também nas menores faixas de renda evidenciando a precariedade do setor pesqueiro local.

Segundo indicações obtidas na região, a sede concentra cerca de 70 famílias que encontram na pesca o principal meio de vida. O pequeno roçado, que por muito tempo foi uma significativa forma de complementar a renda da pesca, parece ser cada vez menos viável pelas dificuldades de acesso a uma área de terra disponível.

Além disso, neste conjunto pode-se distinguir os pescadores que não possuem equipamentos nem embarcações próprias.

TABELA 6 - NÚMERO DE FAMÍLIAS POR FAIXA DE RENDA E TIPO DE RENDIMENTO DO CHEFE E OUTROS MEMBROS QUE EXERCEM ALGUMA ATIVIDADE

FAIXA DE RENDA E SALÁRIO MÍNIMO	TOTAL DE FAMÍLIAS	Nº DE FAMÍLIAS COM RENDA COMPLEMENTAR	Nº DE MEMBROS ALÉM DO CHEFE EXERCENDO ALGUMA ATIVIDADE	TIPO DE RENDIMENTO						MEMBROS NÃO-REMUNERADOS
				Chefe			Outros Membros			
				Fixo		Variável	Fixo		Variável	
				Em Atividade	Aposentado		Em Atividade	Aposentado		
1. Menos de 1 SM	33	7	19	5	11	17	4	-	5	10
2. De 1 a 2 SM	40	12	21	17	3	20	6	2	5	8
3. + de 2 a 3 SM	20	13	19	11	1	8	10	-	6	3
4. + de 3 a 4 SM	9	8	14	7	-	2	8	-	3	3
5. + de 4 a 5 SM	5	2	4	2	-	3	4	-	-	-
6. + de 5 SM	3	1	1	2	-	1	-	1	-	-
7. N.D.R.	3	-	6	-	-	3	-	-	-	6
TOTAL	113	43	84	44	15	54	32	3	19	30

FONTE: PESQUISA DE CAMPO - SETEMBRO/1980

Nesta condição seu trabalho é remunerado com uma participação no resultado da pesca, o quinhão,* é portanto, sem rendimentos definidos, sem vínculo nem tempo determinado. Nesta situação se obrigam buscar necessariamente a complementação com outros trabalhos esporádicos que praticamente se resumem a uma ou outra diária na lavoura.

O outro setor, que basicamente sustenta a ocupação da mão-de-obra local, é a administração pública em geral. Pelas informações da pesquisa, entre 76 empregados em atividades fixas, 65% são ligados a esse setor.

Entretanto aí também identificam-se dois grupos distintos. Um primeiro formado por professores e técnicos do quadro burocrático que, basicamente não apresentam alterações no seu quadro funcional, constituindo-se numa frente muito estreita e pouco flexível na sua capacidade de oferta de empregos.

Por sua vez, no segundo grupo, as atividades com maior significado em termos de demanda mais substancial de mão-de-obra, são as obras públicas, que pela sua característica constitui-se num setor que admite maior flexibilidade e por isso mesmo pode representar algum incremento de emprego na região, desde que, evidentemente, se orientem recursos neste sentido.

As informações a seguir examinam com maior detalhe o nível de renda da população procurando entender sua composição.

Na faixa de menos de 1 salário predominam os aposenta-

*Parte que cabe ao pescador na divisão do produto capturado.

dos que possuem rendimentos fixos e a população vinculada às atividades que se caracterizam pela instabilidade dos rendimentos como a pesca, biscate, etc.

Se for agregada a esta parcela a população que recebe até 2 salários mínimos, tem-se 66,4% das famílias participando com 39,4% dos rendimentos (tabela 7).

TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO DA RENDA FAMILIAR* POR FAIXA DE RENDA

FAIXAS DE RENDA	TOTAL DE FAMÍLIAS		SOMATÓRIO DA RENDA AUFERIDA PELAS FAMÍLIAS - (EM Cr\$)	PARTICIPAÇÃO DOS SALÁRIOS E RENDIMENTOS AUFERIDOS (%)
	ABS	%		
1. Menos de 1 SM	33	30,0	103 385	12,3
2. De 1 a 2 SM	40	36,4	228 905	27,1
3. + de 2 a 3 SM	20	18,2	195 900	23,2
4. + de 3 a 4 SM	9	8,2	123 350	14,6
5. + de 4 a 5 SM	5	4,5	93 900	11,1
6. + de 5 SM	3	2,7	99 000	11,7
T O T A L	110**	100,0	844 440	100,0

FONTE: PESQUISA DE CAMPO - SETEMBRO/1980

*Considerou-se como renda familiar a somatória dos rendimentos e salários das pessoas que habitavam permanentemente o domicílio na época da pesquisa.

**Apenas 110 famílias declararam rendimento.

Cabe destacar ainda a situação dos funcionários da administração pública em geral, que apesar de seus rendimentos se concentrarem entre 1 e 2 salários mínimos, nunca ultrapassando os 4,5 salários mínimos, coloca-os numa posição de relativa vantagem em relação ao restante da população, decorrente da garantia de salários fixos mensais.

Da perspectiva da composição familiar pode-se notar que

a maioria das famílias, com até 3 membros, estarão auferindo até 1 salário mínimo, enquanto as famílias maiores estão concentradas na faixa de 1 até 3 salários mínimos (tabela 8).

TABELA 8 - RENDA FAMILIAR, POR FAIXA DE RENDA, SEGUNDO O TAMANHO DAS FAMÍLIAS

FAIXAS DE RENDA	TAMANHO DAS FAMÍLIAS (Nº DE MEMBROS)				TOTAL	
	1 a 3	4 a 6	7 a 9	10 e mais	Abs.	%
Menos de 1 SM	14	10	8	1	33	29,2
De 1 a 3 SM	7	31	18	4	60	53,1
+ de 3 a 5 SM	1	6	4	3	14	12,3
+ de 5 SM	1	1	1	-	3	2,7
N.D.R.	1	1	1	-	3	2,7
TOTAL	24	49	32	8	113	100,0

FONTE: PESQUISA DE CAMPO - SETEMBRO/1980

Num primeiro momento pode parecer que as famílias maiores estão numa situação privilegiada. No entanto, por estas contarem com maior número de membros, necessariamente terão sua renda distribuída por um maior número de elementos. Tal distribuição fica evidenciada quando observada a tabela 9.

A renda per capita das famílias pesquisadas concentra-se nos menores valores, sendo que a um maior número de elementos por famílias corresponde uma elevação relativa para os menores valores, de 501,00 até 1 300,00 cruzeiros. Do que se conclui que para bem mais da metade das famílias, a renda per capita obtida sequer consegue cobrir o que a rigor, deveria ser destinado à alimentação, pois a proporção do salário mínimo prevista para alimentação de um adulto, em um mês, corresponde a

TABELA 9 - RENDA PER CAPITA, SEGUNDO O TAMANHO DAS FAMÍLIAS

(em Cr\$)

RENDA PER CAPITA	TAMANHO DAS FAMÍLIAS (Nº DE MEMBROS)									
	1 a 3		4 a 6		7 a 9		10 e mais		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Até 500	-	-	1	2,0	6	18,8	2	25,0	9	8,0
501 a 900	7	29,2	13	26,5	14	43,8	1	12,5	35	31,0
901 a 1 300	3	12,5	11	22,5	5	15,6	4	50,0	23	20,4
1 301 a 1 700	1	4,2	8	16,3	2	6,3	-	-	11	9,7
1 701 a 2 100	4	16,7	5	10,2	1	3,1	1	12,5	11	9,7
2 101 a 2 500	1	4,2	5	10,2	1	3,1	-	-	7	6,2
2 501 a 2 900	1	4,2	1	2,0	1	3,1	-	-	3	2,6
2 901 a 3 300	-	-	2	4,1	-	-	-	-	2	1,8
3 301 a 3 700	1	4,2	-	-	1	3,1	-	-	2	1,8
3 701 a 4 100	2	8,3	-	-	-	-	-	-	2	1,8
4 101 a mais	3	12,5	2	4,1	-	-	-	-	5	4,4
N.D.R	1	4,2	1	2,0	1	3,1	-	-	3	2,6
	24	21,2	49	43,4	32	28,3	8	7,1	113	100,0

FONTE: PESQUISA DE CAMPO - SETEMBRO/80

45% do salário mínimo, o que equivaleria a Cr\$ 1 870,00 - na data da pesquisa.

Considerando-se que a família média atinge 5,7 membros, e que a média de pessoas ocupadas por família não atinge a 2, agravado pelo fato dos baixos rendimentos auferidos por essa população ocupada, pode-se imaginar as limitações que estas encontram para suprir suas necessidades.

Assim, as considerações expostas indicam a existência de um mercado de trabalho restrito associado a baixas remunerações, constituindo-se num forte elemento de emigração. Há que ressaltar, ainda, a pouca perspectiva de alteração na situação demonstrada.

3 - CONDIÇÕES DE VIDA

Através dos dados disponíveis e observações de campo, demonstra-se os aspectos da habitação, infra-estrutura, saúde e educação, principais indicadores das condições de vida da população.

Cabe ressaltar, entretanto, que estes itens não podem ser apreendidos isoladamente, uma vez que se constituem em reflexo direto dos baixos rendimentos auferidos, decorrentes da própria estrutura produtiva local.

3.1 - HABITAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA

Dos 113 domicílios pesquisados, 90,0% são próprios, 6,0% alugados e 4,0% cedidos. Os domicílios alugados têm uma variação no preço de aluguel entre Cr\$ 500,00 e Cr\$ 2 500,00 e são ocupados por moradores de permanência temporária na cidade. Por sua vez, os domicílios cedidos são de propriedade de empresas agropecuárias e da Igreja, ocupados por seus funcionários.

Embora haja predominância de domicílios próprios, é necessário levar em conta a relação de propriedade entre domicílios e terrenos. Do total de domicílios próprios, 72,0% estão edificadas em terrenos não-próprios (cedidos pela Marinha e requeridos da prefeitura), o que configura uma relação indireta de ocupação. Por outro lado, deve-se considerar o fato de 68,0% destes domicílios terem sido construídos com recursos familia-

res, utilizando para tanto o trabalho familiar ou vicinal, como forma de barateamento das habitações.

Considera-se, como mais um elemento de mensuração das condições de moradia desta população, a densidade ocupacional dos domicílios. Para calculá-la, considerou-se, no total dos domicílios, os quartos e as salas, como cômodos utilizados para dormitório; pois constatou-se que a sala também é utilizada para este fim, em significativa parcela dos domicílios pesquisados. Deste modo, o índice médio morador/dormitório é de 1,9, muito embora exista um número significativo de domicílios com densidade de até 2,8, quando o "padrão aceitável"¹ é de 1,5 morador/dormitório. Dessa forma, pode-se concluir que grande parte das moradias encontram-se congestionadas.

Quanto à infra-estrutura disponível, no presente diagnóstico considerou-se os serviços públicos de água, esgoto e energia elétrica ofertados à população. É sabido, entretanto, que a aquisição destes serviços não depende exclusivamente da oferta, mas sobretudo das condições econômicas da população de poder ou não arcar com o custo de implantação, bem como posterior utilização.

Observando a tabela 10, nota-se que a oferta de serviços públicos à população detém-se aos abastecimento de água e energia elétrica, e que é por este último que a população é melhor servida, muito embora seja mais dispendioso.

¹São Paulo, 1975, Crescimento e Pobreza, Edições Loyola - SP V.A. - pg. 45.

Entretanto, cabe considerar que este também é um serviço cujos mecanismos alternativos de substituição são mais difíceis, destoando dos mecanismos encontrados para o abastecimento de água.

TABELA 10 - ACESSO DOS DOMICÍLIOS PESQUISADOS AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA

SERVIÇOS	DOMICÍLIOS	
	Abş	%
Apenas água	11	9,7
Apenas Energia Elétrica	25	22,1
Água e Energia Elétrica	59	52,2
Nenhum	17	15,1
Sem informação	1	0,9
TOTAL	113	100,0

FONTE: PESQUISA DE CAMPO - SETEMBRO/80

Pela tabela notou-se que, embora significativa parcela da população usufrua do abastecimento de água e energia elétrica combinados, é para o centro da cidade que se destina maior extensão destes serviços. Isto pode ser atribuído ao fato de ser o centro da cidade maior concentrador de população e também por estarem aí localizados os maiores rendimentos^s associado a uma maior estabilidade de emprego. X

A oferta de rede de esgoto, inexistente na sede municipal. Deste modo, a população tem de utilizar outros mecanismos para o despejo dos dejectos, como a utilização da fossa negra (com maior participação) seguido da canalização de esgoto para a rua e para o mar.

Segundo o exposto, são precárias as condições de habitabilidade na região. Esta precariedade se expressa pela qualidade das construções, pela densidade ocupacional dos domicílios além dos problemas de acesso à infra-estrutura, quando não, a sua inexistência. Esta situação permite concluir a existência de um quadro deficitário da moradia, característica das áreas onde residem populações de baixa renda.

3.2 - SAÚDE

O município de Guaraqueçaba conta com um hospital particular localizado na sede municipal, gerido pela Associação Hospitalar e Assistencial Bom Jesus dos Perdões. O aparelhamento desta unidade hospitalar resultou de doação feita pela Associação Internacional Americana e Alemã, equipamentos estes utilizados em hospitais de campanha durante a guerra do Vietnã.

A estrutura física do hospital é composta, atualmente de 3 enfermarias com um total de 12 leitos, sendo uma masculina, uma feminina e a outra exclusiva para parturientes; 1 sala de parto com aparelhagem somente para partos normais; 1 sala cirúrgica destinada a pequenas cirurgias (suturas) bem como cirurgias programadas; pequeno laboratório para análise de exames simples;* 1 sala de consultas médicas; 1 gabinete odontológico; 1 farmácia; 2 salas, onde funciona a parte administrativa, 1 cozinha e 1 lavanderia.

O quadro de pessoal ocupado nesta atividade está confi-

*Exames simples: escarro, fezes, urina parcial, hemograma, RH, gravidez.

gurado do seguinte modo: 1 médico morador, substituído nos finais de semana por sexto-anistas; 1 dentista permanente; 1 laboratorista prático; 2 enfermeiras práticas; 3 atendentes de enfermagem. Nas funções administrativas têm-se 1 administradora hospitalar; 1 secretária e recepcionista; 1 atendente de farmácia; 2 cozinheiras; 2 serventes e 1 lavadeira.

Para seu funcionamento e manutenção conta basicamente com convênio mantido com o FUNRURAL, e além deste, mantém convênio com a Saúde Pública para o funcionamento do distrito sanitário dentro de suas instalações, bem como a Prefeitura, que mantém 5 funcionários à disposição. Portanto, pelas características de seus convênios, é de responsabilidade do hospital o atendimento e assistência a toda a população do município.

Entretanto, com o quadro de pessoal disponível insuficiente, se comparado ao índice estipulado pelo Plano Decenal de Saúde para as Américas,* com a ausência de hierarquização dos serviços de saúde que impossibilita inclusive o desenvolvimento de uma medicina preventiva através dos cuidados primários de saúde, e com a forma centralizada que este atendimento adquire dificultando o acesso físico das populações residentes em zona rural pela precariedade ou inexistência da estrutura viária municipal -, torna-se inviável a extensão dos serviços de saúde à população como um todo.

*Índice estipulado pelo Plano Decenal de Saúde para as Américas: para uma população de 10 000 habitantes - 8 médicos; 2 odontólogos; 4,5 enfermeiras; 14 auxiliares de enfermagem e 2,2 auxiliares de odontologia.

TABELA 11 - GUARAQUEÇABA - RECURSOS HUMANOS DE SAÚDE EXISTENTES
E RECOMENDADOS

(por 10 000 hab)

RECURSOS HUMANOS	MÉDICOS	DENTISTAS	ENFER. MEIRAS	AUXILIAR	
				ENFERMAGEM	DENTISTA
Recomendado*					
para 7 500 hab:	6,0	1,5	3,4	10,8	1,6
Existentes	1,0	1,0	2,0	3,0	-

FONTE: PESQUISA DE CAMPO, SETEMBRO/80

* Plano Decenal de Saúde para as Américas, 1978/80

Quanto à mortalidade pelos dados da tabela 12, tem-se para o litoral um coeficiente acima do observado para o Estado. Em contrapartida, Guaraqueçaba apresenta um coeficiente menor que o do litoral e que o do Estado, o que demonstra uma contradição sensível se considerada a situação sócio-econômica da população local expressa pela estrutura de renda, moradia, saneamento, etc.

TABELA 12 - MORTALIDADE TOTAL - 1977/1978

(por 10 000 hab)

LOCALIDADES	COEFICIENTE DE MORTALIDADE	
	1977	1978
Guaraqueçaba	3,2	2,8
Litoral	6,4	6,5
Paraná	4,9	4,8

FONTE: SESB/GPS

Entretanto, a subestimação deste coeficiente para Guaraqueçaba pode ser atribuído, por um lado, ao movimento de emigração constatado para a região, e mesmo pela insuficiência do

atendimento médico/hospitalar local que acaba por ter os óbitos registrados em outras áreas da região do litoral que não no município. Por outro, segundo informações da própria Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, ao elevado número de óbitos não-registrados, principalmente aqueles de menores de 1 ano. Esse não-registro pode se afirmar ser consequência das condições da população interiorana impedida de efetuar deslocamentos, os quais representam desembolso monetário conjugado às dificuldades de acesso viário à sede.

No que se refere às incidências de consultas realizadas e doenças transmissíveis, apesar de inexistirem dados específicos para o município, tem-se para o litoral, como um todo, a seguinte situação:

TABELA 13 - PRINCIPAIS CAUSAS DE CONSULTA NA REGIÃO DO LITORAL PARANAENSE - 1978

PRINCIPAIS CAUSAS DE CONSULTA	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL
Verminose	69,0
Escabiose	21,0
Tuberculose	2,5

FONTE: PRO-RURAL

TABELA 14 - PARANÁ E LITORAL PARANAENSE - PRINCIPAIS INCIDÊNCIAS DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS - 1978
(por 100.000 hab)

LOCALI- ZAÇÃO	DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS						
	Sarampo	Tuber- culose	Tétano	Difteria	Tiróide	Vermino- se	Hepatite Infec- ciosa
Paraná	15,0	30,3	3,2	9,2	3,0	1 964,0	16,3
Litoral	15,0	104,0	2,0	26,0	3,4	2 962,0	78,2

FONTE: PRO-RURAL

Pode-se dizer que a situação do município de Guaraque-

çaba não se apresenta distinta da média do litoral, por serem estas endemias decorrentes, por um lado da irregularidade da prevenção às doenças passíveis de imunização, e por outro pela precariedade das condições sanitárias em que vive a maioria da população.

3.3 - EDUCAÇÃO

O sistema de ensino da sede municipal conta com 2 escolas estaduais de ensino de 1º grau, sendo uma ofertante de 1º grau completo, localizada no centro da cidade, e a outra apenas de 1ª a 4ª série, localizada no bairro do Costão.

A primeira funciona em três turnos, sendo que o da manhã atende à população urbana e rural próxima à sede, o turno da tarde tem suas vagas, preferencialmente, ofertadas à população rural e o noturno destina-se exclusivamente ao atendimento da população da cidade.

A escolaridade da população entrevistada pode ser observada na tabela a seguir.

TABELA 15 - ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO ENTREVISTADA - 1980

TOTAL DE PESSOAS ENTREVISTADAS	POPULAÇÃO COM IDADE INFERIOR A 7 ANOS	ANALFABETOS	SABEM LER E ESCRIVER - SEM CURSO	1º GRAU			2º GRAU			3º GRAU	
				Comp.	Incompl.	Cursando	Comp.	Incompl.	Cursando	Comp.	Incompl.
644	150	86	42	27	132	193	11	01	-	01	01

FONTE: PESQUISA DE CAMPO - SETEMBRO/80

A partir destes dados pode-se visualizar que significativa parcela da população investigada não concluiu o 1º grau.

Entretanto, deve-se considerar a possibilidade da população mais velha haver cursado o antigo primário (1^a a 4^a série), sendo que para efeito de homogeneização com a estrutura de ensino atual considerou-se como curso concluído a frequência de 1^a a 8^a série.

Em relação ao 2º grau, observa-se que poucas pessoas chegaram a cursá-lo e mesmo concluí-lo, tanto pela sua inexistência no município como pela impossibilidade de acesso da maioria da população a outros municípios, isto decorrente da incapacidade financeira de manutenção. Esta situação agrava-se ainda mais em relação ao 3º grau.

Os dados referentes aos cursandos do 1º grau são os fornecidos pela FUNDEPAR e não os obtidos na pesquisa, uma vez que estes indicariam apenas o número de matrícula inicial para 1980, tornando-se insuficientes para demonstrar o quadro educacional do município.

A partir das informações da FUNDEPAR tem-se a seguinte caracterização para as 32 escolas localizadas no município, incluindo, portanto, as escolas rurais.

TABELA 16 - MATRÍCULA INICIAL E MATRÍCULA FINAL DE 1º GRAU - ZONA URBANA E RURAL - GUARAQUEÇABA - 1978, 1979 e 1980.

ANOS	MATRÍCULA INICIAL			MATRÍCULA FINAL		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
1978	374	725	1 099	325	723	1 048
1979	386	872	1 258	317	891	1 208
1980	408	869	1 277	-	-	-

FONTE: FUNDEPAR

Se comparado a matrícula inicial dos anos 1978/79 observa-se um crescimento absoluto, tanto na zona urbana como na rural, porém comparando-se os anos 1979/80 percebe-se que há um decréscimo inexpressivo na zona rural ao passo que na urbana o crescimento se mantém numa relação crescente. Entretanto, a situação das matrículas fica melhor evidenciada quando vista em termos do movimento escolar (tabela 17). Do total de matrículas efetuadas durante o ano de 1978, 65,9% são alunos novos, ou seja, aqueles que estão ingressando na escola pela primeira vez mais aqueles que estão entrando na série sem nunca tê-la cursado, enquanto 34,1 são repetentes.

TABELA 17 - MOVIMENTO ESCOLAR DOS ALUNOS NOVOS E REPETENTES, SEGUNDO AS SÉRIES - ZONA URBANA/RURAL - GUARAQUEÇABA-1978

ALUNOS	1 ^a a 4 ^a SÉRIE	5 ^a a 8 ^a SÉRIE	TOTAL
Novos	608	123	731
	83,2	16,8	65,9
Repetentes	354	25	379
	93,4	6,6	34,1
TOTAL	962	148	1 110
	86,7	13,3	100,0

FONTE: FUNDEPAR

Por estes dados, pode-se observar a existência de um elevado índice de reprovação no município, bem como a seletividade do ensino, mostrado através da progressão de matrículas nas séries. Esse elevado índice de reprovação, mostrado a seguir, pode ser atribuído à falhas do próprio sistema educacional que não se compatibiliza às condições sócio-econômicas de seus clientes, na medida que obedece o cumprimento de um programa escolar formal.

TABELA 18 - TAXA DE REPROVAÇÃO - GUARAQUEÇABA - 1978/79

ANOS	URBANO		RURAL		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs	%
1978	82	25,2	339	46,9	421	40,2
1979	50	15,8	436	48,9	486	40,2

FONTE: FUNDEPAR

Quanto à taxa de evasão, se comparado o município com o litoral como um todo, pode-se notar que esta na zona rural apresenta-se bem a baixo da média do litoral. Esta constatação pode ser atribuída, por um lado, ao fato da inexistência de uma atividade demandante da força de trabalho infantil em tempo integral e, por outro, ao fato de os maiores contingentes migratórios do município já haverem ocorrido, entretanto, essa segunda hipótese não pode ser comprovada, uma vez que não se dispõe de uma série histórica para estes dados (tabela 19).

TABELA 19 - TAXA DE EVASÃO - GUARAQUEÇABA - 1978

LOCALIDADE	URBANO	RURAL	TOTAL
Guaraqueçaba	11,2	0,1	3,9
Litoral	10,8	11,6	10,9

FONTE: FUNDEPAR - PRO-RURAL

Para a zona urbana, a taxa de evasão registrada está acima da média encontrada para o litoral. Diante disso, pode-se considerar como hipótese passível de explicação o fato de um número significativo de alunos da zona rural, concluintes da 4^a série, efetuarem matrícula na série subsequente e, posterior-

mente, virem-se impossibilitados de frequentá-la dada a inacessibilidade à sede do município, seja por questões viárias, seja pelas condições econômicas desta população.

A situação educacional do município, de modo geral, é similar à encontrada no litoral e até mesmo no Estado: aí também a escola assume para grande parte da população, uma alternativa de complementação alimentar através da merenda escolar, a qualidade do ensino está cada vez mais reduzida, demandando uma permanência mais alongada da criança na escola para proporcionar os conhecimentos mínimos exigidos, além de apresentar um currículo distanciado da realidade local.

As observações de campo permitiram detectar que significativa parcela das crianças de 3^a e 4^a séries do 1º grau apresentava reduzida capacidade de leitura e escrita, indício, tanto da situação sócio-econômica em que elas se inserem, como da ausência de estímulos em função do caráter excessivamente formal do sistema educacional.

4 - SITUAÇÃO DA PESCA

A pesca nesta região, como nas demais, encontra como principal entrave a exploração exercida pela estrutura de intermediação, determinando os preços pagos aos produtores. Esta estrutura nas comunidades do litoral Norte, se faz de forma mais acentuada, uma vez que tem início na própria comunidade, originando uma longa cadeia de intermediação determinante de maiores níveis de exploração do produtor.

Pode-se afirmar, por outro lado, que as condições da pesca na região tem também como agravante, limites ao nível do próprio contexto natural, uma situação já constatada em estudo anterior.²

Trata-se de uma área onde, ao lado da escassez de espécie e quantidade de pescado, o pescador enfrenta com frequência condições climáticas adversas (muito vento e chuvas).

Como a maior parte dos pescadores opera com embarcações e equipamentos muito rudimentares ficam com sua atividade circunscritas às águas da baía, o que, conseqüentemente, tende a reduzir ainda mais as condições de produção e reprodução das diferentes espécies de pescado do local.

²PROLITORAL - Fundação IPARDES - novembro/79.

Esta situação atinge sobretudo os pescadores que operam na área interiorana, cuja produção muito reduzida sustenta um número cada vez menor de pescadores. No entanto, ainda é significativo o volume de população dependente desta atividade. Na região encontram-se 692 pescadores com uma produção global anual de 866 toneladas. Porém, sujeitos a um nível de renda muito precário que inviabiliza qualquer melhoria nas suas condições de trabalho (tabela 20). Esse fato vem determinando um decréscimo da importância deste setor, sem qualquer contrapartida em outra atividade.

Desse modo passa a ser fundamental examinar os fatores que restringem os resultados do trabalho nesta atividade e sobre os quais se pode atuar.

O primeiro fator, e que parece ser o mais importante, está na condição de inúmeros produtores com ofertas individuais pouco significativas e sem a mais elementar organização, ficando em situação de dependência e desvantagem com os comerciantes locais e, portanto, sujeitos a remuneração que não ultrapassam as necessidades essenciais de refazer suas condições de vida e de trabalho ao nível mais rudimentar.

O rompimento desse processo implica em encarar o problema sob dois aspectos: avanço no padrão técnico e a alteração no sistema de comercialização.

Torna-se necessário criar mecanismos que facilitem a aquisição de equipamentos adequados para realizar a atividade em níveis compatíveis com as características da área, isto é, embarcações e aparelhagem que propiciem com segurança a pesca em mar aberto, sujeita a problemas climáticos, na medida que só

TABELA 20 - NÚMERO DE PESCADORES E DE COMERCIANTES, PRODUÇÃO E RENDA ESTIMADAS, POR COMUNIDADE PESQUEIRA

COMUNIDADES	NÚMERO DE PESCADORES	NÚMERO DE COMERCIANTES	QUILOS PESCADO HOMEM/SEMANA				PRODUÇÃO TOTAL HOMEM/ANO	QUILOS PESCADO COMUNIDADE/SEMANA				PRODUÇÃO TOTAL COMUNIDADE/ANO/kg	RENDA MÉDIA ANUAL PER CAPITA	RENDA MÉDIA ANUAL PER CAPITA COM A MANJUBA
			Safra	Total do Período de Safra	Entressafra	Total do Período de Entressafra		Safra	Total do Período de Safra	Entressafra	Total do Período de Entressafra			
Superagui	110	5	48	1 152	16	384	1 536	5 280	126 720	1 760	42 240	168 960	61 440	-
Canudal	10	1	45	1 080	15	360	1 440	450	10 800	150	3 600	14 400	57 600	10 000
Vila Fátima	40	2	30	720	10	240	960	1 200	28 800	400	9 600	38 400	38 400	10 000
Ararapira	12	1	30	720	10	240	960	360	8 640	120	2 880	11 520	38 400	10 000
Barra do Ararapira	30	2	24	576	8	192	768	720	17 280	240	5 760	23 040	30 720	10 000
Ponta das Peças	80	3	45	1 080	15	360	1 440	3 600	86 400	1 200	28 800	115 200	57 600	-
Bertioga	30	1	51	1 224	17	408	1 632	1 530	36 720	510	12 240	48 960	65 280	-
Tibicanga	60	3	22,5	540	7,5	180	720	1 350	32 400	450	10 800	43 200	28 800	-
Guapicum	40	5	37,5	900	12,5	300	1 200	1 500	36 000	500	12 000	48 000	48 000	-
Laranjeiras	20	3	45	1 080	15	360	1 440	900	21 600	300	7 200	28 800	57 600	-
Rasa	100	11	42	1 008	14	336	1 344	4 200	100 800	1 400	33 600	134 400	53 760	-
Almeida	30	2	39	936	13	312	1 248	1 170	28 080	390	9 360	37 440	49 920	-
Medeiros	20	2	45	1 080	15	360	1 440	900	21 600	300	7 200	28 800	57 600	-
Tromono	30	2	30	720	10	240	960	900	21 600	300	7 200	28 800	38 400	-
Costão	80	4	37,5	900	12,5	300	1 200	3 000	72 000	1 000	24 000	96 000	60 000	-
TOTAL	692	47	-	-	-	-	-	27 060	649 440	9 020	216 480	865 920	-	-

FONTE: PESQUISA DE CAMPO - SETEMBRO/80

nestas condições pode aumentar o volume de pescado.

Conforme se pode observar na tabela 21, predominam as embarcações a remo, forte indicador da precariedade do padrão técnico de Guaraqueçaba. Além disso, constatou-se junto à população de pescadores, uma deficiência generalizada de embarcações e equipamentos, que permite considerar as condições técnicas locais muito aquém das características da própria pesca artesanal.

Na verdade, ao nível das condições naturais da região, a sobrevivência da pesca artesanal requer melhoria dos padrões técnicos capazes de ampliar a área de pesca, bem como organização frente ao sistema de comercialização. Todos os dois aspectos se encontram estreitamente ligados, na medida que dificilmente a alteração nos padrões técnicos desta dimensão pode ser resolvida a nível individual. Dessa forma, uma mudança na situação atual só é possível através de um processo de cooperação na produção e na comercialização.

A análise a seguir tenta mostrar, a nível de cada comunidade, a abordagem dos problemas da atividade pesqueira, tanto a nível de produção como de comercialização.

4.1 - PRODUÇÃO

4.1.1 - Área de Pesca no Interior da Baía

A pesca de interior é definida pela atividade das comunidades que habitualmente pescam nas áreas de baía e rios, que envolve as comunidades de Guapicum, Laranjeiras, Tibicanga, Rosa, Almeida, Medeiros, Tromono e Costão; enquanto a pesca no Canal do Varadouro inclui as comunidades de Canudal, Vial Fátima

TABELA 21 - DISTÂNCIAS EM HORAS A GUARAQUEÇABA E PARANAGUÁ E Nº DE EMBARCAÇÕES EXISTENTES, POR COMUNIDADES PESQUEIRA

COMUNIDADES	DISTÂNCIAS DAS COMUNIDADES (HORAS/CANOA A MOTOR)		NÚMERO DE EMBARCAÇÕES	
	Guaraqueçaba	Paranaguá	A motor	A Remo
Bertioga	2:00	3:00	8	10
Superagui	3:00	2:00	60	-
Peças	2:00	2:00	50	20
Rasa	1:30	2:30	30	65
Almeida	1:30	2:30	10	15
Medeiros	2:30	2:00	6	20
Laranjeiras	1:20	2:00	2	10
Guapicum	1:00	2:00	15	40
Tibicanga	1:40	2:40	10	30
Canudal	2:30	4:00	2	7
Vila Fátima	3:00	4:30	4	30
Ararapira	4:00	5:30	2	5
Tromono	0:50	2:30	6	30
Barra do Ararapira	5:00	6:00	3	30
Costão (Guaraqueçaba)	-	2:30	30	40
T O T A L			238	352

FONTE: PESQUISA DE CAMPO - SETEMBRO/80

ma e Ararapira.

A atividade pesqueira, em toda esta área, caracteriza-se pela utilização de uma tecnologia rudimentar - com predominância de embarcações a remo e pouca diversificação dos instrumentos de pesca. Tal fato se dá em função da estrutura de comercialização, citada anteriormente, que não permite a acumulação ao nível do produtor e, conseqüentemente, investimentos, agravada ainda pela escassez do pescado nas baías.

Nesta área de pesca tem-se o seguinte quadro:

QUADRO 1 - DEMONSTRATIVO DAS COMUNIDADES NO INTERIOR DA BAÍA

NÚMERO DE COMUNIDADES	NÚMERO DE FAMÍLIAS	NÚMERO DE PESCADORES	NÚMERO DE EMBARCAÇÕES		PRODUÇÃO DE PESCADO/ANO/kg
			A motor	A remo	
11	358	442	117	292	509 760

FONTE: PESQUISA DE CAMPO - SETEMBRO/80

A pesca do camarão é comum em todas as comunidades, entretanto, é no Costão que ela se apresenta especificamente como base da produção, dada a ausência de diversidade de outros tipos de pescado, o que agrava ainda mais o problema da escassez do pescado, uma vez que, mesmo na época de reprodução da espécie, esta atividade não sofre interrupção, embora haja um declínio do volume capturado.

Nas comunidades localizadas ao longo do Canal do Varadouro, onde também há escasseamento, a produção do pescado tem como base a pesca da manjuba, atividade proibida pela SUDEPE - Superintendência do Desenvolvimento da Pesca.

Entretanto, nas comunidades onde as condições naturais são menos favoráveis, é que se observa nitidamente a transferência da população para outras atividades, como exemplo, a comunidade de Medeiros, onde significativa parcela da população já sobrevive do artesanato da taquara, ou então a combinação da pesca com outros expedientes de sobrevivência, como as atividades extrativas do palmito e madeira (para confecção de canoas), ou pequenas lavouras para subsistência, comercializando apenas o pequeno excedente.

4.1.2 - Área de Pesca em Mar Aberto

Incluem-se aqui as comunidades que sistematicamente têm sua atividade desenvolvida em mar aberto: Barra do Superagui e Ponta das Peças.

Pelo quadro a seguir pode-se visualizar alguns aspectos referentes a essas comunidades.

QUADRO 2 - DEMONSTRATIVO DAS COMUNIDADES EM MAR ABERTO

NÚMERO DE COMUNIDADES	NÚMERO DE FAMÍLIAS	NÚMERO DE PESCADORES	NÚMERO DE EMBARCAÇÕES		PRODUÇÃO DE PESCADO/ANO/kg
			A motor	A remo	
2	150	190	110	20	284 160

FONTE: PESQUISA DE CAMPO - SETEMBRO/80

A atividade pesqueira caracteriza-se pelo predomínio da utilização de uma tecnologia mais avançada (canoas a motor e diversificação dos instrumentos de pesca) se comparada ao interior da baía. A essa característica soma-se o fato de contar com condições naturais mais favoráveis, ou seja, uma área de pesca mais abrangente e com maior diversidade de espécies de pes-

cado. Cabe considerar que é nessa área onde se observa, com maior intensidade, a discrepância entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção.

Os problemas enfrentados pelos pescadores aqui localizados se expressam pela disputa da área com os barcos de pesca industrial determinado pela dubiedade da legislação na medida que esta não define área de pesca e sim as Toneladas Brutas de Arqueação (TBA) das embarcações. Essa situação se traduz então na depredação do pescado decorrente do arrastão industrial perto da costa, como também danos materiais aos pescadores artesanais por perda ou estrago dos equipamentos, principalmente redes, bóias, etc.

4.1.3 - Área de Pesca Combinada

Foram assim caracterizadas as áreas onde se combinam a pesca de mar aberto somada à de interior. Esta situação foi constatada para duas comunidades: Bertioiga e Barra do Ararapira, estando ligadas muito mais pela sua localização geográfica estratégica, o que viabiliza tanto sua saída para o mar como a entrada para a baía.

Embora estas comunidades tenham semelhança quanto a sua localização geográfica, as condições de pesca são bastante heterogêneas.

QUADRO 3 - DEMONSTRATIVO DAS COMUNIDADES NAS ÁREAS DE PESCA COMBINADA

NÚMERO DE COMUNIDADES	NÚMERO DE FAMÍLIAS	NÚMERO DE PESCADORES	NÚMERO DE EMBARCAÇÕES		PRODUÇÃO DE PESCADO/ANO/Kg
			A motor	A remo	
Bertioiga	21	30	8	10	48 960
Barra do Ararapira	25	30	3	30	23 040

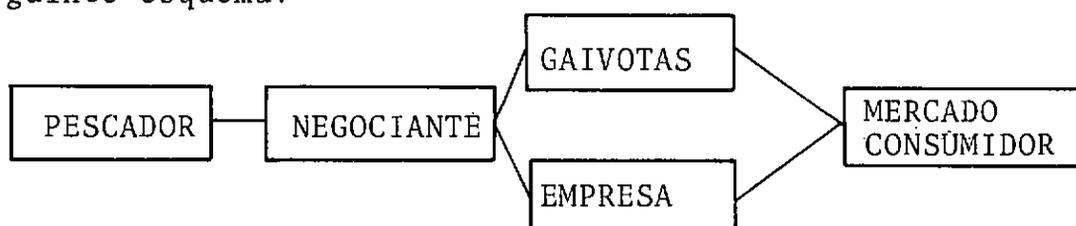
FONTE: PESQUISA DE CAMPO - SETEMBRO/80

Enquanto a comunidade da Barra do Ararapira pesca com mais frequência no interior da baía, em Bartioga a pesca ocorre mais em mar aberto, isto porque esta última conta com condições técnicas menos rudimentares. Outro aspecto que acaba por colocar Bartioga numa posição de relativa vantagem é o fato desta estar localizada na "boca da baía", capaz de proporcionar uma atividade pesqueira ininterrupta com maior diversidade de espécies.

Na Barra do Ararapira, embora conte também com a condição natural favorável, apresenta o aspecto técnico extremamente rudimentar, inviabilizando a saída da maioria dos pescadores para mar aberto. Deste modo, a pesca clandestina da manjuba, bem como a atividade agrícola, se traduzem em formas alternativas de complementação de renda para esta população.

4.2 - COMERCIALIZAÇÃO

Nas comunidades do Litoral Norte - Baías de Paranaguá e Guaraqueçaba -, a estrutura de comercialização apresenta o seguinte esquema:



Nesta área, fatores como a distância das áreas de pesca, precariedade e tamanho das embarcações, quantidade reduzida de pescado, necessidade de tempo para a preparação da pesca seguinte, impossibilitam que o "pescador" comercialize seu produto diretamente em Paranaguá, tornando-se dependente do "negociante" (proprietário de pequeno e médio negócio nas próprias localida-

des de pesca) e em razão de tal dependência, obtêm preços menores.

No segundo elo da intermediação, encontra-se o "negociante" que comercializa a produção desta área no mercado de Paranaguá. Este processo se dá com os "gaivotas" (vendedores de pescado do mercado municipal) ou com as "empresas" industriais de Paranaguá. Tal alternativa se define pela quantidade e qualidade do pescado, uma vez que os "gaivotas" são compradores de pescado de melhor qualidade mas em pequenas quantidades, dado o perfil do consumo e tamanho do seu mercado, enquanto que as "empresas" são compradoras de grandes quantidades, por operarem em mercado diversificado e a nível da Região Sul/Sudeste.

Essa situação se traduz numa comercialização com desvantagens para os produtores, desorganizados e sem nenhum mecanismo para resistir às oscilações gerais do mercado do pescado.

Deste modo, a submissão do setor pesqueiro a esse sistema de comercialização, determina em última instância, a precariedade da produção local.

A falta de infra-estrutura própria de comercialização, tanto nesta área como nas outras, é responsável pela dependência do pescador artesanal, que se manifesta na sua reduzida margem de remuneração, o que determina e explica sua condição de população de baixa renda.

Esta reduzida margem de remuneração do pescador artesanal, pode ser melhor visualizada na comparação entre os preços médios recebidos por estes e os preços médios, a nível do varejo, nos centros consumidores de Curitiba e Paranaguá.

TABELA 22 - PREÇOS MÉDIOS DO PESCADO A NÍVEL DE PRODUTOR E VAREJO NAS PRAÇAS DE CURITIBA E PARANAGUÁ - PESCA ARTESANAL - 1979

G R U P O S	PREÇO MÉDIO PRODUTOR	PREÇO MÉDIO VAREJO	
		Curitiba	Paranaguá
Crustáceos	22,35	241,01	145,84
Peixes	24,45	95,80	47,62
Preço médio do pescado	23,24	168,40	96,73

FONTE: PDP/SUDEPE

Elaboração: Fundação IPARDES

Considerando-se os dois grupos mais significativos da produção pesqueira artesanal, crustáceos e peixes, no ano de 1979, o pescador artesanal recebeu um preço médio de Cr\$ 23,24 o quilo do pescado adquirido pelo intermediário, enquanto que a nível de varejo, o preço médio foi de Cr\$ 168,40 o quilo do pescado na praça de Curitiba e Cr\$ 96,73 na de Paranaguá. Comparando-se esses preços, tem-se um diferencial de 724,6% e 416,2% respectivamente, o que demonstra elevado grau de exploração baseado nessa estrutura de intermediação.

A eliminação de tal problema via hipótese inicial deste projeto - Pólo Alternativo de Recepção de Pescado em Guaraqueçaba - dado os problemas citados anteriormente como dispersão física das comunidades pesqueiras, aliada a um reduzido e inconstante volume de pescado, e principalmente, por não ser este um problema isolado, mostrou ser esta uma alternativa inviável. Conclui-se pois que qualquer proposta de apoio ao pescador artesanal e à sobrevivência do setor não poderia se limitar apenas a um esquema simples de comercialização. Demandaria de

forma conjugada, um sistema garantido de comercialização com mecanismo de resistência às oscilações em geral de mercado e um apoio à própria produção.

Somente a partir dessa perspectiva integrada é que se pode ter a certeza de continuidade e desenvolvimento do setor e uma possível melhoria das condições de vida e trabalho das populações a ele ligado. Portanto, o desenvolvimento da pesca em Guaraqueçaba só adquirirá viabilidade se articulado, como já explicitado, a um projeto maior de desenvolvimento pesqueiro na região do litoral paranaense.

A preocupação por elevar as condições de vida dos pescadores artesanais de todo o litoral paranaense, incluindo também aquelas comunidades do litoral/sul (Olho d'Água, Ipanema, Matinhos, Guaratuba, Barrancos, Shangri-lá) está materializada no "Projeto de Comercialização do Pescado do Litoral Paranaense" que pretende provocar o aumento da renda real do pescador artesanal e a conseqüente difusão do bem-estar social da região, através da redução ou eliminação das práticas tradicionais de intermediação do pescado que cobre toda a área.

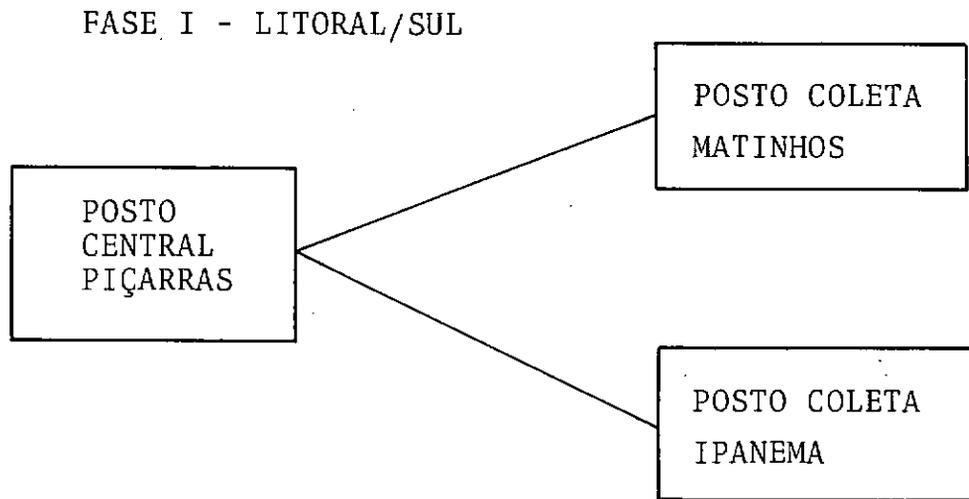
O referido projeto propõe a montagem de uma infra-estrutura de frios e transporte a ser operado por uma Cooperativa de Pescadores Artesanais do Litoral Paranaense, assegurando dessa forma, a comercialização pelos próprios produtores.

Propõe-se, para tal, a instalação de dois postos centrais, localizados em Guaratuba e Pontal do Sul, com raio de ação no litoral/sul (zona das praias) e litoral/norte (baías de Paranaguá e Guaraqueçaba) respectivamente, a apoiadas por uma rede de postos de coleta do pescado estrategicamente localizados.

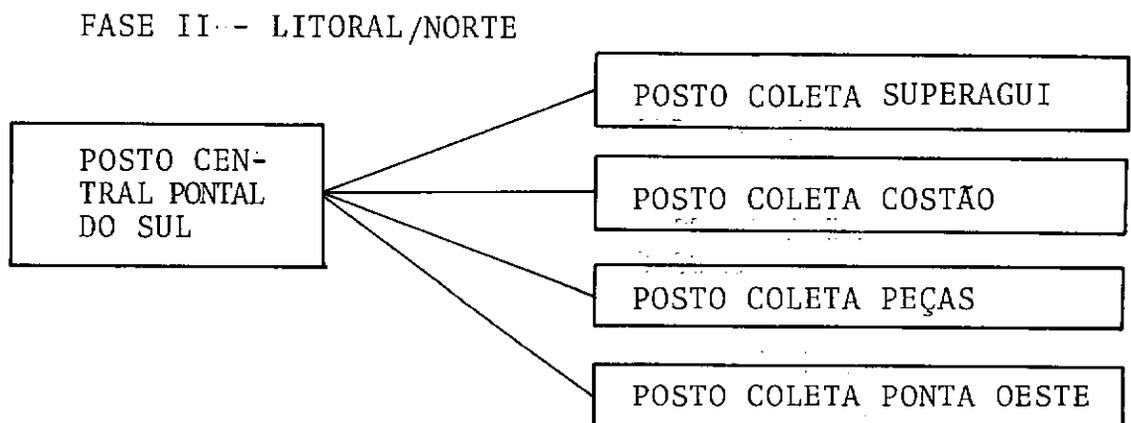
O referido projeto está previsto para ser implantado em duas fases.

A FASE I atenderá de início apenas o litoral/sul, dada a sua importância em termos de produção, da aglutinação da população de pescadores, do grau de organização, etc que permitem maiores facilidades operacionais.

O esquema básico desta fase aparece graficamente a seguir:

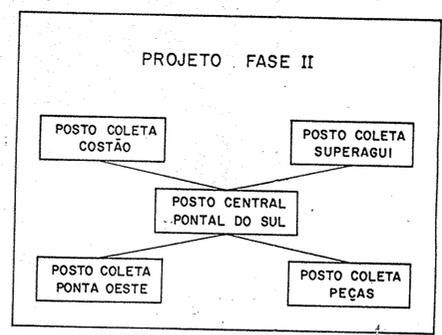
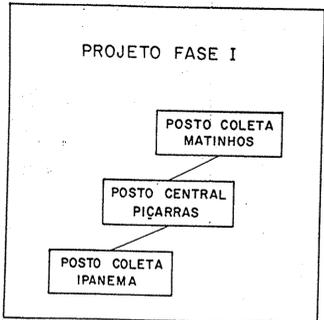
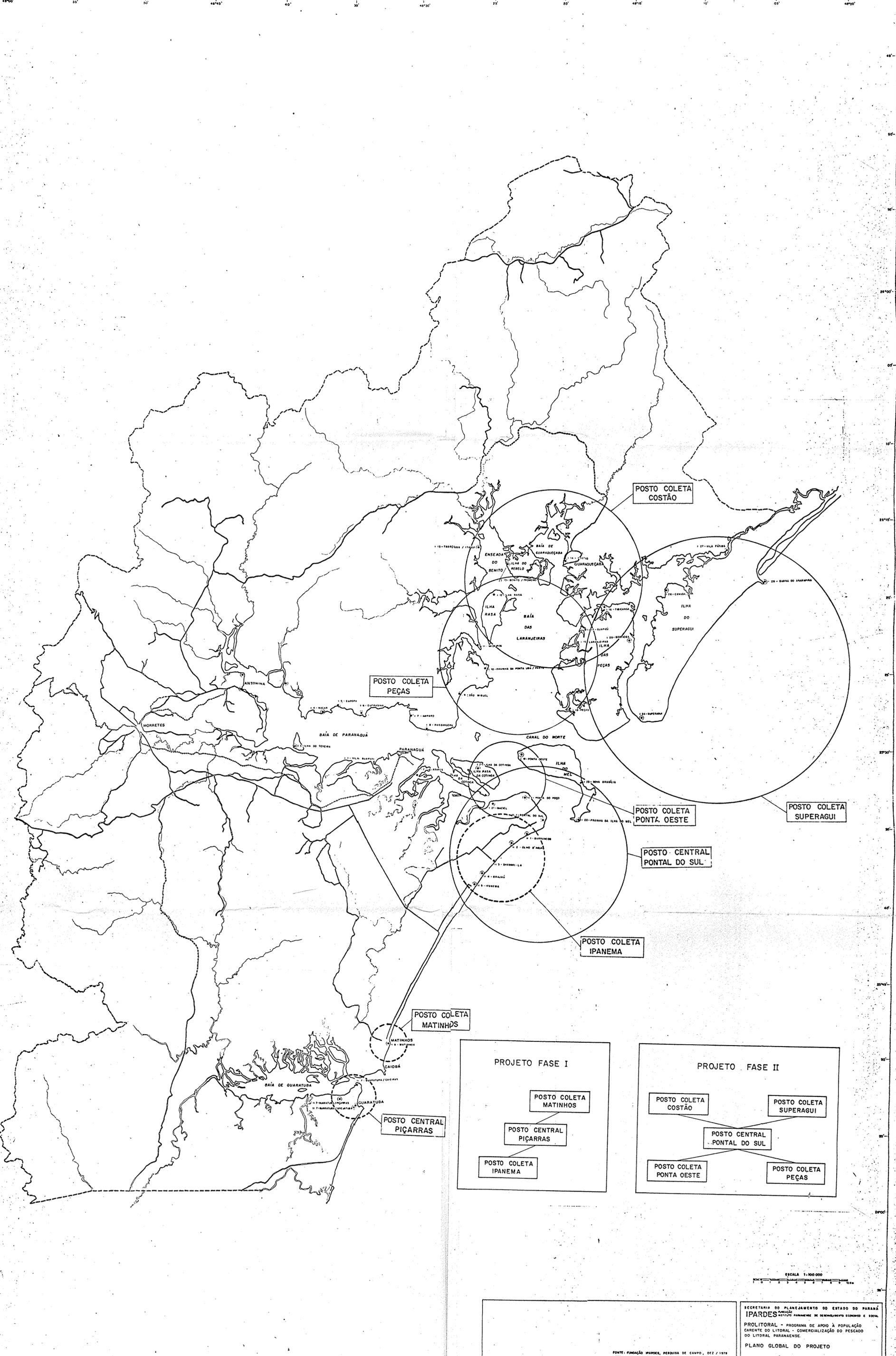


A FASE II, que cobrirá o litoral/norte (baías de Paranaguá e Guaraqueçaba) só posteriormente será detalhada a nível de projeto e poderá sofrer modificações em seu traçado original, determinadas por necessidades de detalhamentos futuros referentes aos locais pesqueiros, a distância entre postos, etc.



A estrutura global do projeto, conforme descrição, pode ser visualizado no mapa que segue.

O estudo detalhado de viabilidade técnico-financeira da FASE II, que aqui se inclui como a única proposta viável para a possível resolução da situação de Guaraqueçaba, estará condicionado ao desenvolvimento e consolidação do Projeto de Comercialização do Pescado, em sua FASE I, a ser operado pela Sociedade Cooperativa dos Pescadores Artesanais do Litoral Paranaense, para cuja criação foi doado, através do convênio SEPL/175 de 9 de dezembro de 1980, num total de Cr\$ 16 000 000,00 (dezesesseis milhões de cruzeiros).



ESCALA 1:100.000

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DO PARANÁ
IPARDES INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL
 PROLITORAL - PROGRAMA DE APOIO À POPULAÇÃO CARENTE DO LITORAL - COMERCIALIZAÇÃO DO PESCAÇO DO LITORAL PARANAENSE.
PLANO GLOBAL DO PROJETO
 CURITIBA - PARANÁ

FONTE: FUNDAÇÃO MAPROS, PESQUISA DE CAMPO, DEZ / 1978
 NOTA: MAPA BASE 1971

5 - CONCLUSÃO

O município de Guaraqueçaba apresenta como base de sua atividade econômica, o setor primário, caracterizado por uma agricultura de subsistência, grandes empreendimentos agropecuários emergentes, bem como uma atividade pesqueira que vem apresentando uma deterioração de suas condições. Outras atividades não chegam a ser representativas dentro da economia da região, conforme evidenciado no diagnóstico.

A sede, por sua vez, não possui atividades produtivas dinâmicas nem tão pouco se constitui em suporte de comércio e serviços para a atividade agrícola do município. Da ótica da população, a cidade também não oferece serviços de infra-estrutura social. É um caso típico de sobrevivência.

As características e as perspectivas da economia acarretam para a população um irrisório mercado de trabalho, aliado a baixos rendimentos e mínima infra-estrutura que se traduzem em condições precárias de vida, carência e atraso.

Estas condições caracterizam o município como área de crescente evasão, incapaz de reter ou propiciar crescimento vegetativo de sua população.

A probabilidade de alterar o desenvolvimento da região com a introdução de atividades geradoras de renda não parecem promissoras, dadas as especificações do município, já apresen-

tadas.

Assim propõe-se, no sentido de melhorar as condições de vida da população, considerar as tendências naturais da região, mesmo apresentando um desenvolvimento insuficiente dos setores produtivos, interferindo somente no sentido de ofertar serviços que contribua de forma indireta para elevar a renda ou mecanismos emergenciais por parte do Estado.

II - PROPOSTAS DE AÇÃO

O objetivo inicial deste estudo visava a dotação de infra-estrutura necessária à atividade pesqueira, bem como a infra-estrutura social e econômica básica capaz de imprimir ao município, e em especial à sede, ritmos mais acelerados de desenvolvimento.

Entretanto essas medidas tiveram de ser reorientadas para medidas mais adequadas às condições locais considerando os resultados do diagnóstico elaborado para a região. A pesca, por exemplo, acabou por exigir sua integração ao Projeto mais amplo de comercialização dada a situação da pesca local.

Quanto ao objetivo de dotação de infra-estrutura básica, econômica e social, optou-se por um programa de atendimento localizado nos setores mais carentes, uma vez que a idéia inicial estava vinculada a um provável dinamismo futuro não constatado pelo estudo realizado.

Deste modo, as linhas de ação cabíveis estão muito mais a nível de medidas indiretas possíveis de serem implementadas através da atuação do Estado.

Considerando o nível de carência desta população a ser atendida, é recomendável para efeito de geração de emprego e renda, mesmo que temporária, a utilização de mão-de-obra local no que for possível para a implementação das propostas sugeridas.

1 - SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

Justificativa e Objetivo - Como se viu pelo diagnóstico, o sistema de saúde para o município se apresenta centralizado e os serviços ofertados não têm sido satisfatórios. Isto porque, por um lado, conta com recursos humanos e materiais insuficientes e, por outro, pela atuação desordenada do setor, incapaz sequer de atender de forma adequada a população no que é mais elementar.

Aliado a isto, tem-se uma oferta reduzida dos serviços de infra-estrutura básica, que em alguns casos acabam por se constituir em foco de doenças, como aquelas transmissíveis por veiculação hídrica.

Para tanto, torna-se necessária a promoção e adoção, por parte do Estado, de medidas capazes de proporcionar o acesso da população, hoje destituída desses serviços públicos.

Deste modo, propõe-se a dotação de recursos para ampliação e reequipamento hospitalar, criação de convênio com o hospital local para contratação de recursos humanos, construção de minipostos de saúde, construção de microssistemas de abastecimento de água e rede de esgoto.

Unidade Executora - Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social/Fundação SESP/Associação Hospitalar e Assisten-

cial/Bom Jesus dos Perdões.

Ficará a cargo desta Secretaria em convênio com a Fundação SESP e Associação Beneficente a ampliação do hospital local, dotando-o de uma enfermaria infantil equipada, mais duas dependências com as devidas aparelhagens, sendo uma especial para imunizações e outra para atendimento exclusivo de pediatria e obstetrícia. Propõe-se também, a contratação de mais dois médicos especialistas, sendo um pediatra e outro obstetra e ginecologista para atendimento em dias programados.

SESB - Dada a dificuldade de transporte das populações carentes a outros centros, propõe-se a dotação e manutenção de uma ambulância ao Distrito Sanitário, visando a remoção de pacientes cujos casos não sejam possíveis de solução local.

SEAD-CAR/SESB/Fundação SESP - Caberá a SEAD-CAR repassar os recursos à SESB em convênio com a Fundação SESP para construção de microssistemas de abastecimentos de água e mini postos de saúde às localidades destituídas destes serviços.

SANEPAR/Fundação SESP - A este órgão, sob o assessoramento da Fundação SESP, caberá o estudo de viabilidade e posterior implantação da rede geral de esgoto para a sede do município, objetivando dar o destino final e adequado aos dejectos.

SEAD-CAR/SESB - Firmação de convênio com a SESB para a implantação do Sistema Regionalizado e Hierarquizado dos Serviços de Saúde, de acordo com a metodologia elaborada para o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRO-RURAL.

Localização :

- Ampliação, Reequipamento Hospitalar e Contratação de

- Recursos Humanos - Hospital Brigadeiro Epinghaus - Guaraqueçaba
- Dotação e Manutenção de Uma Ambulância - Distrito Sanitário da sede do Município
- Microssistemas de Abastecimento de Água - Sede do Município, a localizar-se no bairro do Costão e comunidades pesqueiras de Medeiros, Tromono, Bertioga, Canudal e Barra do Ararapira
- Minipostos de Saúde - Comunidades pesqueiras de Vila Fátima e Superagui e agrupamento rural de Serra Negra
- Rede Geral de Esgoto - Sede do Município de Guaraqueçaba
- Sistema Regionalizado e Hierarquizado dos Serviços de Saúde - Município de Guaraqueçaba.

OBS: Não foram privilegiadas as demais comunidades pesqueiras (Almeida, Rasa, Tibicanga, Guapecum e Peças), considerando que estas serão atendidas pelo Projeto LHisama, em convênio assinado entre SEAD-CAR e Universidade Católica do Paraná.

Recursos Necessários:

- Ampliação, Reequipamento Hospitalar e Contratação de Recursos Humanos - Custo a ser dimensionado pela SESB.
- Dotação e Manutenção de uma Ambulância - O custo estimado para aquisição de uma ambulância está em torno de Cr\$ 1 500 000,00, cabendo à SESB dimensionar o custo da manutenção.
- Microssistema de Abastecimento de Água - Para o Costão, a implantação do microssistema, consiste na construção de uma cisterna com reservatório e canali-

zação para distribuição domiciliar. Estima-se em 50 famílias a serem beneficiadas, com um custo total de Cr\$ 1.000.000,00.

Nas outras cinco comunidades pesqueiras, o microssistema consiste na construção de um reservatório e tubulação para um ou mais pontos comuns (Chafaris) estimado em Cr\$ 400.000,00 por unidades, perfazendo um total de Cr\$ 2 000 000,00. Portanto, o custo total da implantação desta proposta está estimado em Cr\$ 3.000.000,00

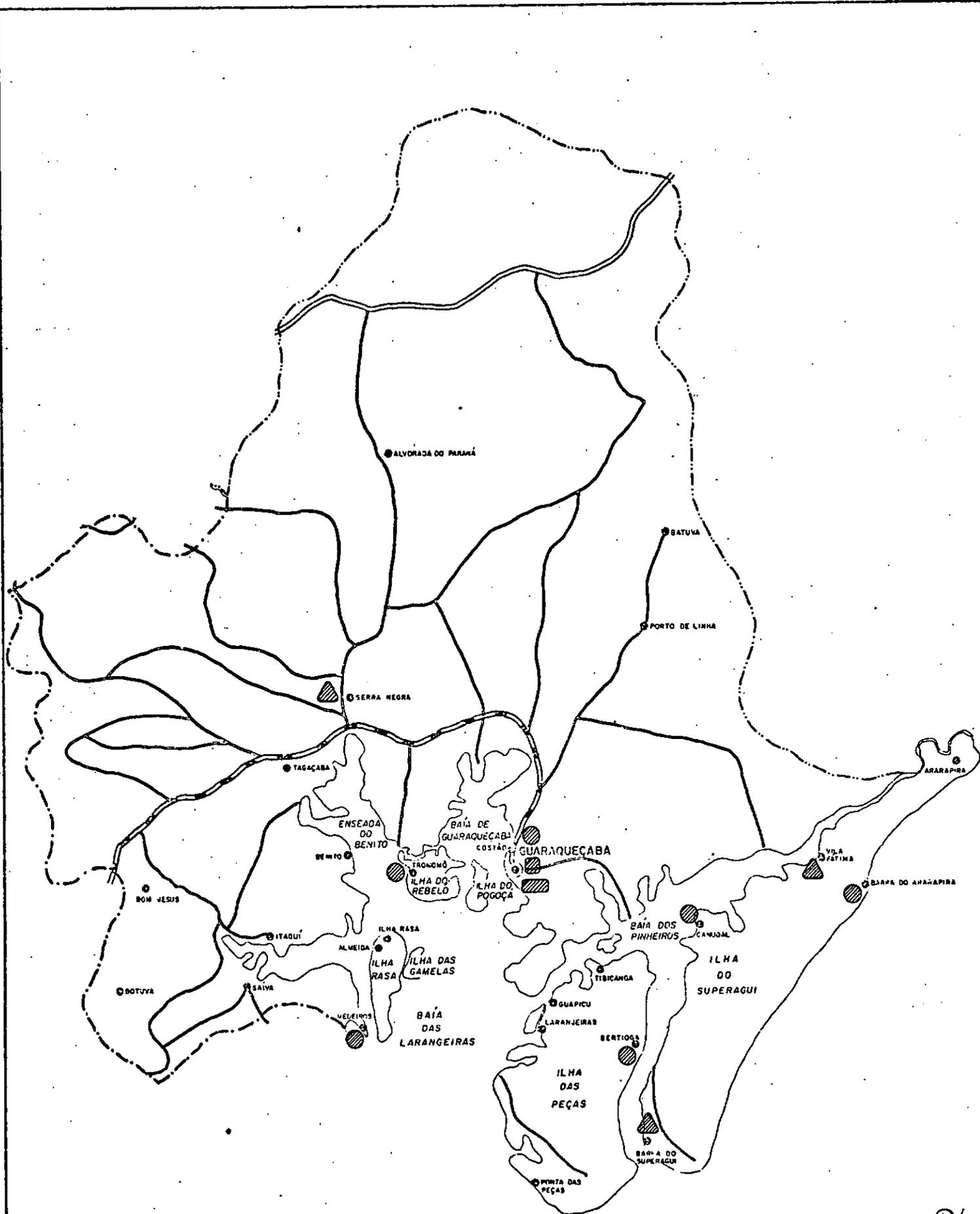
- Minipostos de Saúde - Serão três localidades a serem beneficiadas, estimado em Cr\$ 300 000,00 em média por unidade, perfazendo um total de Cr\$ 900 000,00 para construção e Cr\$ 250.000,00 por unidade/ano para manutenção, num total global de Cr\$ 1.650,00.
- Rede Geral de Esgoto - Custo a ser dimensionado pela SANEPAR
- Sistema Regionalizado e Hierarquizado dos Serviços de Saúde - Para esta proposta não há necessidade imediata de recursos e sim de uma gestão política entre a SEAD-CAR e a SESB-GPS, considerando estar esta proposta contemplada pelo Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRO-RURAL.

QUADRO 1 - ESTIMATIVA DE CUSTOS - SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

(Cr\$ 1 000,00 - Jan/81)

	CAPITAL	CORRENTE CUSTO/ANO	TOTAL
- Ampliação, Reequipamento Hospitalar e Contratação de Recursos Humanos	*	*	*
- Dotação e Manutenção de uma Ambulância	1 500	*	*
- Microssistema de Abastecimento de Água	3 000	-	3 000
- Minipostos de Saúde	900	750	1 650
- Rede Geral de Esgoto	*	*	*
- Sistema Regionalizado e Hierarquizado dos Serviços de Saúde	*	*	*
TOTAL			

*Os itens 1, 2, 5 e 6 serão estimados pelos Órgãos competentes - SESB; SANEPAR; SEAD-CAR/SESB-GPS, respectivamente.



	AMPLIAÇÃO, REEQUIPAMENTO HOSPITALAR E CONTRATAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.
	MINI-PORTOS DE SAÚDE.
	MICRO-SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.
	REDE GERAL DE ESGOTO.

PONTE FUNDAÇÃO IPARDES

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
IPARDES

PROLITORAL - VIABILIDADE DE REATIVAÇÃO DE GUARACABA COMO POLO ALTERNATIVA DE RECURSOS DO PESCA-DO E DE DISTRIBUIÇÃO E DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA.

ACESSO À INFRA-ESTRUTURA SOCIAL BÁSICA

364944
 G002.1

2 - CRIAÇÃO DE COOPERATIVA DE CONSUMO

Justificativa e Objetivo - O abastecimento alimentar da população é feito basicamente fora do município (Paranaguá ou Antonina) ou então por pequenos estabelecimentos locais.

Estes estabelecimentos, por possuírem menor capacidade de rotação de seus estoques, têm seus preços bastante aviltados.

Somado a isso tem-se a incapacidade de compra à vista, por parte significativa da população, o que onera mais o orçamento das famílias, decorrente dos acréscimos estabelecidos nas compras à prazo.

Diante de tal situação torna-se necessário considerar algumas medidas capazes de proporcionarem o barateamento dos preços dos alimentos na região e, conseqüentemente, melhoria da condição de vida.

Inicialmente pensou-se atribuir à Companhia Brasileira de Alimentos - COBAL a tarefa de barateamento alimentar. Entretanto com a atual política que este órgão vem apresentando, mais uma linha de atendimento indireto ou seja, transformando-se numa grande central atacadista - excluindo-se da distribuição final, a cargo de comerciantes privados capacitados a preencher os requisitos por ela estabelecidos - leva esse órgão a uma atuação seletiva que dificulta, e até mesmo inviabiliza opera-

cionalmente, a integração de pequenos mercados atomizados.

Dentro dessa perspectiva esgota-se a possibilidade de contar com este órgão para uma proposta de apoio mais direta à regiões específicas.

Diante disso é que propõe-se a criação de uma cooperativa de consumo capaz de proporcionar preços mais acessíveis à população, bem como abastecê-la naquilo que é básico, além de respeitar os hábitos de compra ("picado") desta população.

Esta cooperativa deverá estar vinculada à Colônia de Pescadores de Guaraqueçaba, aproveitando uma forma associativa já existente. Entretanto, os benefícios deverão ser repassados, não só aos associados, mas também à população em geral.

Unidade Executora - Secretaria de Estado da Administração - CAR/EMOPAR - caberá à SEAD, repassar recursos à EMOPAR para a construção e equipamento do armazém, que por sua vez deverá ser repassado à Colônia de Pescadores de Guaraqueçaba.

SEAD-CAR/Colônia de Pescadores/EMATER-ACARPA - Ficarã a cargo da Secretaria de Estado da Administração - CAR, repassar recursos para capital de giro e formação do estoque à EMATER, a qual repassará à Colônia de Pescadores.

À Colônia de Pescadores caberã a formação e operacionalização da Cooperativa sob a supervisão da EMATER.

Localização - Sede do Município de Guaraqueçaba

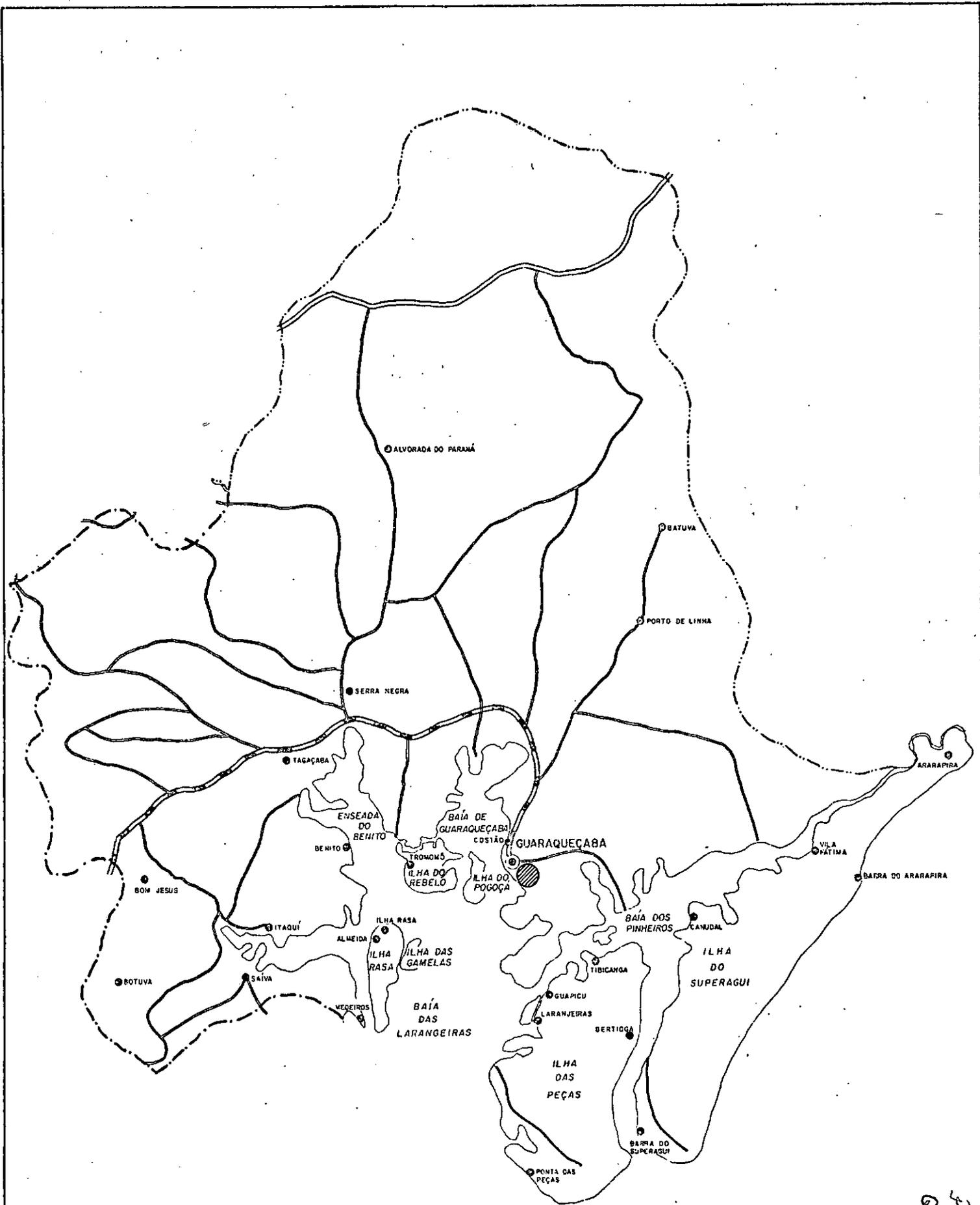
Recursos Necessários - Construção de um armazém - Estima-se em Cr\$ 2 500.000,00 a construção de um armazém equipado com 250m², sendo 200m² designado para venda no varejo e estoca-

gem de produtos, e os outros 50m² para funcionamento dos serviços administrativos.

Dotação de Capital de Giro e formação do estoque - Estima-se em Cr\$ 2 000 000,00 os recursos necessários para a fase inicial.

QUADRO 2 - ESTIMATIVA DE CUSTOS-CRIAÇÃO DE COOPERATIVA DE CONSUMO
(Cr\$ 1.000,00 - Jan/81)

	CAPITAL	CORRENTE CUSTO/ANO	TOTAL
- Construção de um Armazém	2 500	-	2 500
- Dotação de Capital de Giro e Formação de Estoque	2 000	-	2 000
TOTAL	4 500	-	4 500



364929
0003.2

 COOPERATIVA DE CONSUMO
 FONTE: FUNDAÇÃO IPARDES

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
IPARDES FUNDAÇÃO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
 PRÓLITORAL - VIABILIDADE DE REATIVACÃO DE GUARAGUACABA COMO PÓLO ALTERNATIVA DE RECEPCÃO DO PESCA-
 DO E DE DOTAÇÃO E DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA
LOCALIZAÇÃO DO ARMAZÉM PARA COOPERATIVA DE CONSUMO.
 EMISSÃO - PARANÁ

3 - CONSTRUÇÃO DE ÁREA DE LAZER

Justificativa e Objetivo - Quando da pesquisa de campo, notou-se que o lazer constituía-se numa das reivindicações da população em geral, dada a inexistência na sede do município de local apropriado para desenvolverem atividades dessa natureza.

Diante disso e da carência de recursos próprios para criação de mecanismos alternativos capazes de proporcionar o acesso a alguma forma de lazer, é que se propõe a dotação de um ambiente público adequado, capaz de atendê-los neste aspecto.

Unidade Executora - Secretaria de Estado da Administração - CAR/Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte - ficará a cargo desta Secretaria, estabelecer convênio com a Secretaria de Cultura e do Esporte, visando a construção e equipamento de praça pública com cancha de esportes e parque infantil.

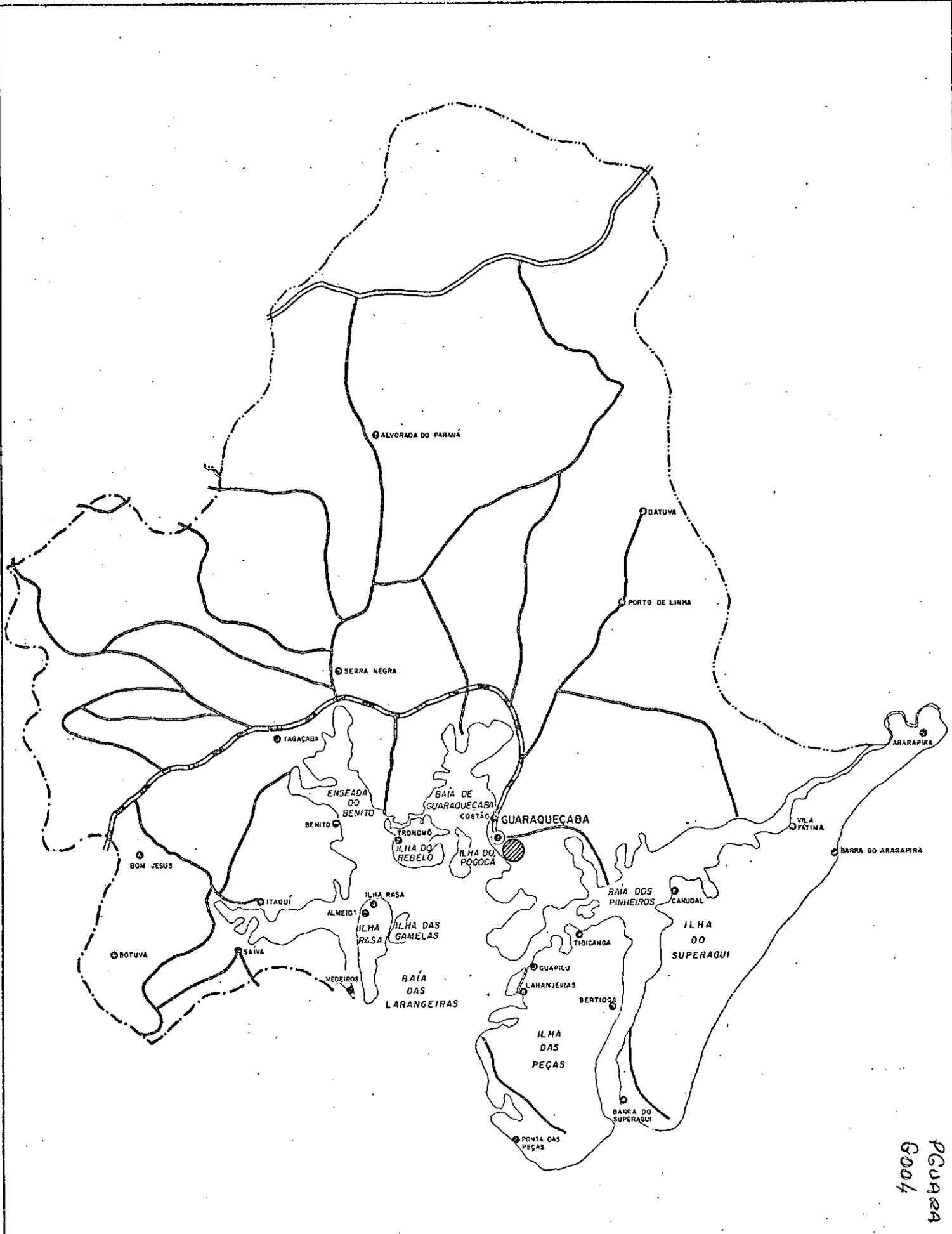
Localização - Sede do Município de Guaraqueçaba

Recursos Necessários - O custo total previsto para execução desta obra, com aproximadamente 2 000m², será de Cr\$ 700 000,00, sendo o custo de construção e equipamento de uma área de lazer, em média Cr\$ 350,00 o m².

QUADRO 3 - ESTIMATIVA DE CUSTOS - CONSTRUÇÃO DE ÁREA DE LAZER

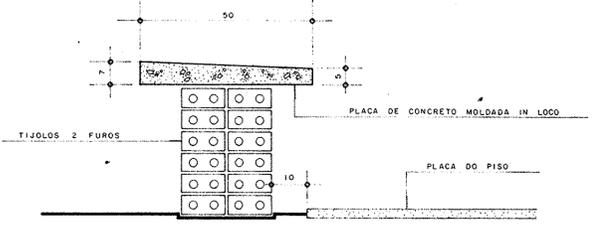
(Cr\$ 1 000,00/Jan-81)

	CAPITAL	CORRENTE CUSTO/ANO	TOTAL
- Construção e Equipamento da Praça Pública	700	-	700

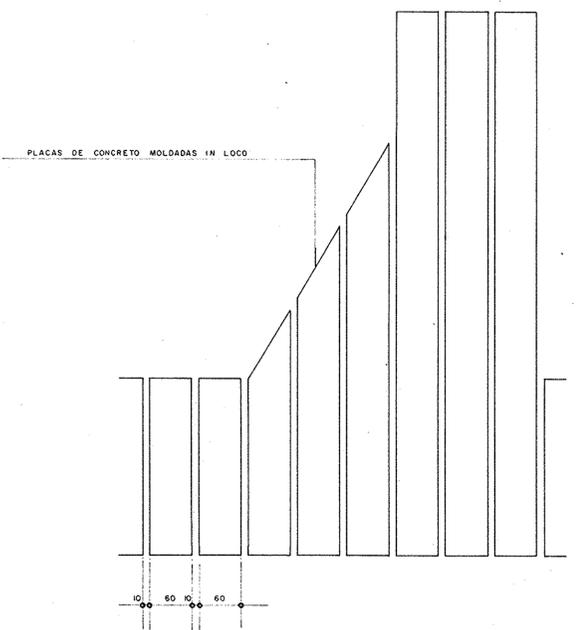


P. Guararema
 6004

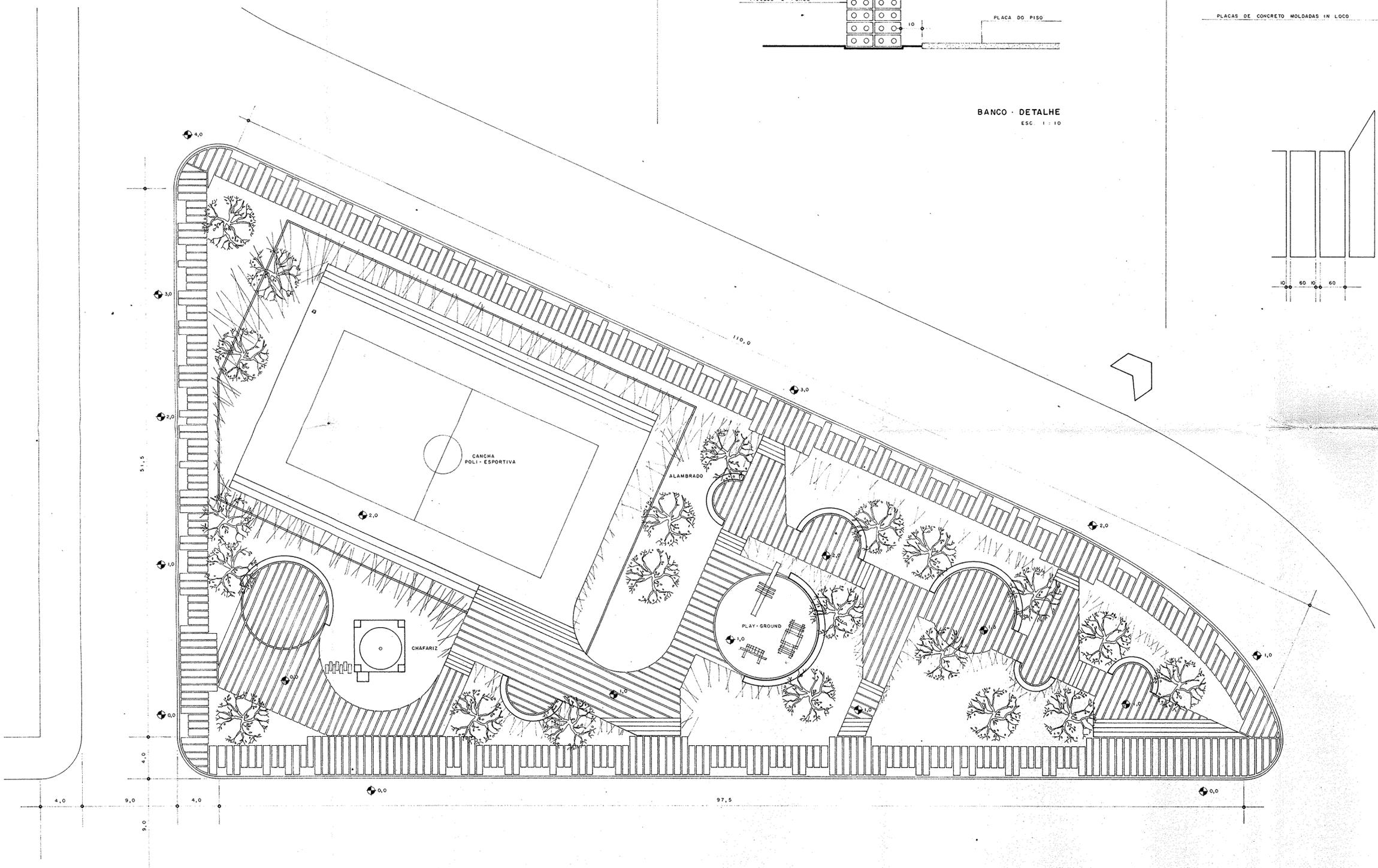
ÁREA DE LAZER	<p style="font-size: small; margin: 0;">SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO IPARDES <small>PARANÁ</small> <small>INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL</small></p> <p style="font-size: x-small; margin: 0;">PROLITORAL - VIABILIDADE DE REATIVAÇÃO DE GUARAQUECABA COMO PÓLO ALTERNATIVA DE RECEPÇÃO DO PRAIA-DO E DE DOTAÇÃO E DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA.</p> <p style="font-weight: bold; font-size: small; margin: 0;">IMPLANTAÇÃO DE ÁREA DE LAZER</p>
FONTE: FUNDAÇÃO IPARDES	UNIDADE - PARANÁ



BANCO - DETALHE
ESC. 1 : 10



PISO - DETALHE
ESC. 1 : 50



PRAÇA - PLANTA
ESC. 1 : 200

ESCOLA

HOSPITAL

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
IPARDES FUNDAÇÃO
 INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL
 VIABILIDADE DE REATIVACAO DE GUARAUQUECABA COMO POLO ALTERNATIVA DE RECEPCAO DO PESCADEO E DE DOTACAO DE INFRA-ESTRUTURA BASICA.
PLANTA DE GUARAUQUECABA - CONSTRUÇÃO DA ÁREA DE LAZER
 CURITIBA - PARANÁ

FONTE: IPARDES

4 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA PEQUENOS PRODUTORES POSSEIROS

Justificativa e Objetivo - A situação fundiária no Município de Guaraqueçaba caracteriza-se por uma forte concentração de áreas em poucos estabelecimentos, motivado pela condição legal das terras na região.

A precariedade da posse acaba por excluir o ocupante de integração no sistema produtivo, passando a ser um dos fatores que favorecem a expansão de área dos grandes estabelecimentos, responsáveis diretos pela ocorrência sistemática de conflitos de terra entre ocupantes e os novos empreendimentos agropecuários emergentes tendo como consequência a expulsão direta desta população das áreas litigiosas.

Com vistas a esta realidade é que se propõe a criação de um "mecanismo de emergência" para regularizar a posse destes ocupantes como forma de garantir-lhes a permanência e o vínculo com a terra.

Esta proposta limita-se ao atendimento de pequenos produtores posseiros, uma vez que são estes os que mais diretamente sofrem as ameaças provenientes dos conflitos de terra e que a curto prazo podem se tornar para a região, uma categoria de produtores extinta, tendo como decorrência o aumento de população subempregada e desempregada das áreas urbanas.

O mecanismo de emergência sugerido consiste em agilizar ações de Usucapião nas áreas de domínio particular uma vez que é aí onde se localizam, predominantemente, os casos dada a irrisória disponibilidade de áreas da região e também por não serem áreas passíveis de atuação normal do órgão competente (ITC) para estas ações.

Para a efetivação desta proposta torna-se necessária a constituição de equipe especial para atuação imediata na área a fim de atender especificamente estes casos.

A equipe necessária para a execução deverá ser composta de 1 engenheiro agrônomo ou florestal, 4 vistoriadores, 1 topógrafo, 2 balizeiros, 2 picadeiros, 1 secretária e 2 advogados, além de recursos materiais necessários para a concretização do projeto, como veículos, material fotográfico, de escritório, etc.

Considerando que uma equipe de campo assim constituída, consegue trabalhar 2ha/dia e que a área média de estabelecimentos de pequenos produtores ocupantes está em torno de 8ha, estima-se um total de seis anos e meio o período necessário para o atendimento das famílias a serem contempladas.

Levando em conta o acentuado processo de expulsão desta população pode-se dizer que o tempo previsto para a execução desta proposta mostra-se incompatível com o asseguramento desta população na região. Para tanto, uma alternativa seria a ampliação da equipe de campo sugerida a fim de intensificar a ação, seja pelo deslocamento de equipes já constituídas para outras áreas, seja por constituição de novas equipes.

Diante de tal situação, a presente proposta tem como

pressuposto o desenvolvimento das seguintes etapas;

- Identificação dos casos;
- Vistoria das áreas ocupadas;
- Estudo dominial;
- Medição;
- Montagem do Processo;
- Entrada da Ação;
- Acompanhamento e Controle do Processo.

Ao Escritório Regional do ITC, no litoral, caberá a realização da 1.^a etapa. Já para as etapas seguintes (2.^a, 3.^a e 4.^a) a atuação será da competência da equipe de campo, sendo as três restantes da alçada dos advogados contratados para o projeto.

Unidade Executora - Secretaria de Estado da Administração - CAR/Secretaria de Estado da Agricultura/ITC - Caberá a SEAD firmar convênio com o ITC e a este a execução do "mecanismo de emergência" através de Ações de Usucapião, capazes de atender o mais rápido possível a questão da regularização das posses de terra na região.

Localização - A ação da proposta abrange a área rural do município de Guaraqueçaba.

Recursos Necessários - Para atender às 400 famílias de pequenos produtores ocupantes, o custo total do projeto está estimado em Cr\$ 53 546 360,00 sendo destes, Cr\$ 5 899 440,00 destinados a pagamentos de salários mais encargos sociais anual, e o restante atribuído aos custos de medição (Cr\$ 6 400 000,00), vistoria e buscas dominiais (Cr\$ 800 000,00), custo processual (Cr\$ 6 000 000,00) e aquisição de materiais (Cr\$ 2 000 000,00).

O custo total pode sofrer uma sensível redução, na medida que se conseguir a transferência de veículos de outros órgãos para o projeto e também na medida em que os advogados não precisem, necessariamente, compor a equipe no início da execução e sim entrarem numa etapa subsequente.

QUADRO 4 - ESTIMATIVA DE CUSTOS - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA PEQUENOS PRODUTORES POSSEIROS

(Cr\$ 1 000,00/Jan-81)

	CAPITAL	CORRENTE CUSTO/ANO	TOTAL
- Salário e Encargos Sociais da Equipe	-	5 899,4	38 346,3*
- Medição	6 400	-	6 400
- Vistoria e Buscas Dominiais	800	-	800
- Custos do Judiciário	6 000	-	6 000
- Aquisição de Veículos e Material Topográfico	2 000	-	2 000
TOTAL	15 200	5 899	53 546,3

*Custo total previsto para pagamento de salários e encargos sociais da equipe prevista por um período de seis anos e meio.

5 - INSTALAÇÃO DE AGÊNCIA BANCÁRIA

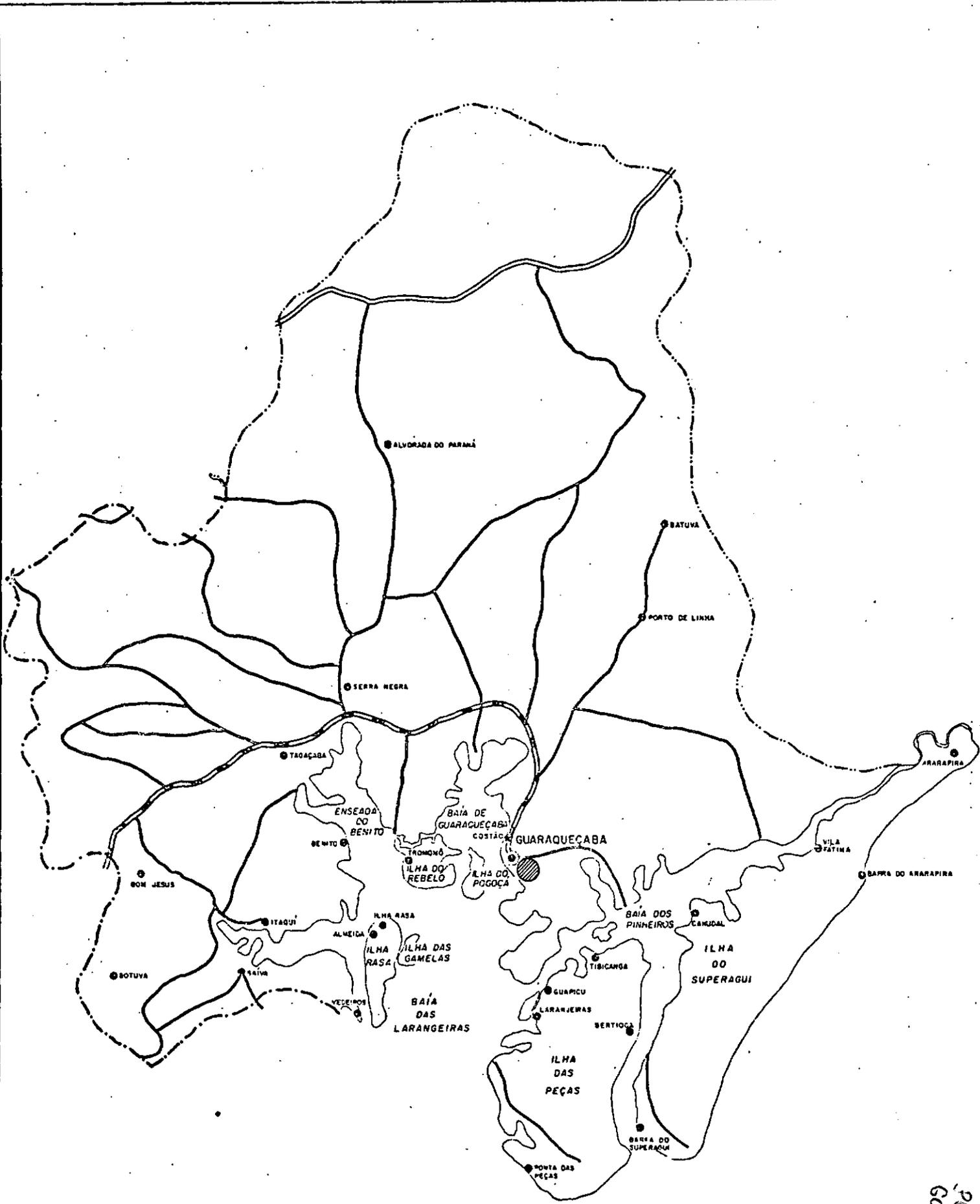
Justificativa e Objetivo - Em Guaraqueçaba é bastante significativo o número de pessoas que sobrevivem de aposentadorias e pensões além do pessoal ocupado no setor público.

Os pagamentos de aposentadorias e salários do pessoal ligado ao setor público, da esfera estadual e federal, bem como dos aposentados, só são efetuados mediante agência bancária, e pela inexistência desta no município, estes acabam por ter seus ganhos onerados em função da necessidade de deslocamento para outros centros. Assim, propõe-se a instalação de uma agência capaz de atendê-los neste sentido.

Unidade Executora - Secretaria de Estado da Administração - CAR/Banco do Comércio e Indústria de São Paulo S.A - COMIND - Gestão política entre a SEAD e COMIND para apressar a implantação local da agência bancária já autorizada, bem como proceder transferência dos pagamentos de salários, aposentadorias e pensões desta população vinculada, para esta agência.

Localização - A Agência será implantada na sede do município.

Recursos Necessários - Não existe previsão dos recursos para esta proposta, uma vez que todos os custos serão arcados pelo próprio Banco.



P. G. R. R. R.
 6006.1


AGÊNCIA BANCÁRIA

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
IPARDES
INSTITUTO PARANAENSE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SOCIEDADE
 PROLITORAL - VIABILIDADE DE REATIVAÇÃO DE GUARACEMA COMO PÓLO ALTERNATIVA DE REFEIÇÃO DO PESCADOR E DE DOTAGEM E DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA
IMPLANTAÇÃO DE AGÊNCIA BANCÁRIA
 PORTO FUNDADO IPARDES

6 - APOIO À COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADO

Vide capítulo específico deste estudo "Situação da Pesca", ítem 4.2.

ANEXO

ANEXO 1 - ASPECTOS ECOLÓGICOS E AGROECOLÓGICOS

O município de Guaraqueçaba caracteriza-se por ter uma parte do seu território continental e outra insular, constituída este por um grande número de ilhas entre as quais se destacam: Superagui, das Peças, Rasa, do Rabelo e Páraço. A ilha de Superagui pode ser considerada como parte do continente por estar separado deste por um estreito canal.

O litoral do município no seu setor de baías e canais tem grande distribuição de manguezais. Na costa leste de Superagui, situada para o mar aberto, é onde se encontram as praias mais extensas do município.

De acordo com a classificação de Koeppen, o clima apresenta três tipos:

- Tropical Úmido, sem estação seca e isento de geadas (Af). Temperatura média mensal sempre maior que 18°C;
- Temperado Cálido (mesotérmico), Úmido, com verão quente (Cfa). Sem estação seca definida. A temperatura média do mês mais quente é maior que 22°C e a do mês mais frio menor que 18°C, porém maior que -3°C;
- Temperado Cálido (mesotérmico), Úmido, com verão fresco (Cfb). A diferença com o tipo Cfa reside na temperatura média do mês mais quente, que neste tipo é menor que 22°C.

Quanto ao seu aspecto fisiográfico, o município pode ser dividido em três regiões diferentes: planalto, serra e planície.

A região do Planalto situa-se no extremo-norte do município. Corresponde à bacia do Rio Turvo que por sua vez pertence à bacia do Rio Ribeira.

É uma área ondulada com baixos desníveis e declividades médias. Está sulcada por rios meandantes com amplas várzeas.

Esta área contrasta com o resto da bacia do Rio Ribeira que é uma região montanhosa produto da profunda dissecação efetuada pelos rios deste sistema hidrográfico. A bacia do Rio Turvo permanece como uma área remanescente não-dissecada do Primeiro Planalto Paranaense, talvez pela sua tardia incorporação ao referido sistema.

Os solos predominantes são os Cambissolos de baixa fertilidade e toxicidade pela presença de alumínio. Nas várzeas predominam os solos Hidromórficos.

A região montanhosa faz parte da denominada "orla da Serra" do litoral paranaense. Caracteriza-se pelo relevo enérgico com altos desníveis e fortes declividades, na maior parte maiores que 45% e, subsidiariamente de 20 a 45%.

Os solos são pouco desenvolvidos. A estes fatores, soma-se um clima de alta, potencialmente morfogenética pelo tipo e volume das precipitações, conferindo a região uma alta suscetibilidade aos processos de erosão/sedimentação.

Apesar destas condições, a partir da última mudança cli-

mática do Quaternário, a vegetação foi lentamente colonizando e estabilizando as encostas, em maior ou menor grau. Atualmente, a vegetação natural cobre totalmente a área, exceto nas encostas mais íngremes (obviamente, também excetuando as áreas desmatadas).

A vegetação natural permitiu o desenvolvimento dos solos, diminuindo consideravelmente os processos de erosão hídrica e de remoção em massa, que no passado geológico recente estavam muito difundidos.

Neste delicado equilíbrio, entre os processos de pedogênese e morfogênese, as atividades antrópicas (desmatamento, construção de estradas, etc), ao extrair a vegetação natural, favorecem os processos morfogenéticos, desencadeando a erosão acelerada das encostas e provocando movimentos de massa, com os consequentes processos de deposição nas áreas mais baixas.

A região das planícies pode ser subdividida em quatro subregiões: o manguezal, a restinga, a planície aluvial com solos hidromórficos e a planície aluvial sem solos hidromórficos.

O Manguezal abrange uma significativa área das planícies. É um ecossistema que possui uma série de características marcadamente específicas. Em primeiro lugar, ocorre em áreas de clima tropical. São áreas alagadiças sujeitas aos refluxos das marés, e onde os rios que desaguam no mar, depositam os materiais finos. Isto é devido à perda de velocidade d'água e à floculação dos colóides de argila pelo encontro d'água salgada com a água dos rios, e também pela ação das típicas raízes dos mangues (*Rhizophora* sp.). Devido à presença de água, o caráter salgado desta, as condições de anaerobiosis dos solos entre ou-

tras características, a fauna e a flora do manguezal é muito específica e singularmente constante, independentemente da situação geográfica do mesmo.

A restinga como o manguezal, ocupa uma área significativa na planície costeira. Também aparece nas Ilhas do Supergui, das Peças, Rasa e do Rabelo.

O relevo é plano sempre menor que 3% e o substrato geológico, sedimentos marinhos indiferenciados.

Os solos (Podzol) são hidromórficos, de alta permeabilidade no horizonte A, porém mal drenados, devido a um horizonte B cimento. Depois das chuvas, o solo pode ficar encharcado. São solos de textura arenosa, com saturação de bases muito baixa, portanto de escassa fertilidade natural. São ácidos e com alta saturação de alumínio.

As planícies aluviais com solos hidromórficos estão sujeitos aos processos hidromórficos de pedogênese e situam-se ao longo dos principais rios que desaguam na Baía das Laranjeiras, tais como o Itaqui, Pederneira e Guaraqueçaba.

O relevo é plano, menor que 3% e o substrato geológico conformado por aluviões indiferenciados do Quaternário.

Os solos, muito mal drenados, estão sujeitos às oscilações do lençol freático, com fenômenos de óxido-redução, acúmulo de matéria orgânica superficial e deficiente oxigenação.

As planícies aluviais sem solos hidromórficos possuem duas características básicas: baixa declividade, geralmente inferior a 3%, e solos não-hidromórficos, predominando os Cambis-

solos e, subsidiariamente, Podzólicos e Latossolos. Estas características colocam-na como a área de melhor potencialidade agrícola da região. No entanto, dada a sua posição geomórfica, está sujeita a inundações, porém de menor periodicidade que a unidade anterior.

Aptidão Agrícola - Para efeito de avaliação da aptidão agrícola do município de Guaraqueçaba, com base na oferta de recursos naturais, as divisões fisiográficas indicadas foram caracterizadas ecologicamente e avaliada sua capacidade em satisfazer os requerimentos das atividades de referência. Essas divisões resultaram em Unidades Ambientais Naturais, das quais se explicita a sua aptidão.

- Unidade I - Manguezal - Unidade inapta para as atividades de referência. No entanto, esta Unidade é um ecossistema fundamental para a vida aquática da baía.¹
- Unidade II - Restinga - Esta Unidade também deve ser considerada como inapta para a agricultura, dadas as características edáficas que possui: textura arenosa, pouca matéria orgânica, baixa fertilidade natural, etc. A perda da cobertura vegetal natural pode desencadear um rápido processo de erosão e lavado dos escassos nutrientes e da matéria orgânica que o solo possui. Restariam assim os sedimentos arenosos marinhos, que são os materiais que originam os solos desta Unidade. Além

¹FUNDAÇÃO IPARDES. Anexo 1 - meio ambiente e recursos naturais. In: _____. PROLITORAL - Programa de Apoio à População Carente do Litoral - diagnóstico e propostas de ação. Curitiba, 1980. p.208-12.

disto, a Unidade possui restrições dada a deficiente drenagem natural dos solos, o que completa um panorama de expressivas restrições à agricultura.

Porém, uma vez que atualmente existem pequenos produtores com uma agricultura de subsistência, caberia a formulação de um pacote tecnológico para os mesmos, visando um aumento da produtividade ou qualidade alimentícia de sua lavoura, num contexto de medidas sócio-econômicas mais relevantes.

Uma alternativa para esta Unidade é a extração vegetal, neste caso o palmito. Porém, a citada extração deveria ajustar-se a adequados planos que visem a uma produção e produtividade constantes no tempo, sem provocar o esgotamento do solo.

Uma outra atividade que neste estudo é colocada a nível de hipóteses, é a pecuária com búfalos. Este tipo de gado adapta-se às macrocondições ecológicas da planície costeira do Litoral, bem como a solos periodicamente alagados, sendo assim um tipo de gado com claras vantagens sobre os tipos europeus e zebuínos. Produz leite com um elevado teor de gordura (até 8%) e sua carne é de valor nutritivo semelhante ao da carne dos outros tipos de gado, como seu aspecto e sabor. Sendo o búfalo adaptável às condições ecológicas da Unidade, as perguntas dirigem-se a determinar a capacidade da cobertura vegetal natural como forragem (entende-se muito fraca), bem como a possibilidade de implantar pastagens artificiais adequadas.

-
- Unidade III - Planícies Aluviais com Solos Hidromórficos - Esta área, como as duas anteriores, possui solos sujeitos a processos de hidromorfismo. Apresenta restrições pela presença de água superficial ou sub-superficial em grande parte do ano. Isto configura uma restrição para uma adequada oxigenação das raízes dos cultivos, bem como para a mecanização agrícola.
-

Neste contexto, a rizicultura* aparece como uma alternativa agrícola possível. No entanto, deve destacar-se a necessária sistematização do terreno requerida pelo cultivo do arroz com irrigação, o qual por sua vez se traduz em grandes custos para a implantação da atividade. Paralelamente, as áreas saneadas podem ser acessíveis para outras culturas.

- Unidade IV - Serras e Montanhas - Unidade notadamente inapta para agricultura, bem como, altamente suscetível aos processos de degradação ambiental por erosão hídrica. Como já foi explicitado, esta Unidade por suas características ambientais está sujeita às disposições do Código Florestal. Assim sendo, a principal problemática quanto ao uso desta Unidade reside na montagem de um adequado sistema de controle para evitar e punir qualquer tipo de desmatamento.

Nas áreas hoje desmatadas deveria ser realizado reflorestamento com espécies nativas, com o exclusivo

*O projeto PROVÁRZEA, de nível nacional, não atinge o Litoral.

fim de reconstituir o equilíbrio ambiental.

- Unidade V - Terrenos Ondulados - Esta Unidade é apta de modo geral para agricultura. Em função das declividades, decompõe-se em três subunidades. Assim, as restrições à agricultura mecanizada são as seguintes: a subunidade V.a, não possui restrições; a V.b é mecanizável, porém com restrições sobretudo para grandes maquinarias tipo colhedeira; a última subunidade, V.c, possui declividades (entre 20% e 45%) que a tornam inapta para a agricultura mecanizada.

Os solos desta Unidade são na maior parte álicos, isto é, com concentrações de alumínio tóxicos para a grande maioria dos cultivos. Portanto, valem as considerações já colocadas sobre práticas culturais e corretivos e fertilizantes.

Esta Unidade encontra-se espalhada por toda a região, portanto o clima depende da situação topográfica da mesma, isto é, a sua altitude e sua distância do mar. As limítrofes com a planície costeira são as de clima Af ou Cfa, sendo as outras de clima Cfb ou Cfa, sujeita a geadas severas.

O aspecto mais relevante desta Unidade é a sua susceptibilidade aos processos de degradação ambiental. Por um lado, são menos suscetíveis que a Unidade IV, porém as menores restrições físicas que apresentam para a agricultura, fazem com que sejam maiores as probabilidades de usos degradantes. Por outro lado, não

estão sujeitos às disposições do Código Florestal. Assim sendo, o uso mais recomendável, sobretudo para a subunidade V.c (declividades entre 20% e 45%) é o reflorestamento. A subunidade V.a não deve apresentar graves problemas de erosão, sendo a restante subunidade uma situação intermediária.

- Unidade VI - Planícies Aluviais com Solos não-Hidromórficos - É a Unidade de melhor aptidão para a agricultura, como também para a pecuária e o reflorestamento. Porém, deve destacar-se que compreende uma área pequena com relação às outras unidades. Este valor, ainda com as limitações próprias do método com que foi obtido, caracteriza significativamente o potencial e as possibilidades de um aumento da área ocupada com agricultura que possui o município.

Quanto às culturas viáveis em termos ecológicos, podem ser recomendadas as espécies de clima trópico, com as restrições já colocadas quanto às geadas. Também podem ser cultivadas a grande maioria das espécies hortícolas, com a vantagem de poder estender a época produtiva ao inverno, época na qual o clima do planalto curitibano restringe a atividade hortícola, especialmente para as espécies produtoras de frutos.

Os solos são pobres em nutrientes e também com concentrações de alumínio tóxico elevadas, que devem ser corrigidos para a maioria das culturas. Assim a aptidão do clima e do relevo da Unidade, pode ser anulada caso os corretivos e fertilizantes não sejam

acessíveis aos produtores, em função dos preços que estes obtêm de sua produção. Nesta hipótese, cabe perguntar se não existem (ou podem ser formuladas) práticas culturais mais acessíveis a esses produtores, obviamente, práticas que possam ser difundidas e sem que apresentem restrições do tipo cultural. Deve entender-se que estas práticas muitas vezes, não de efeito imediato, a curto-prazo, e portanto, podem ser restritivas para alguns produtores. Assim a existência, difusão e adoção dessas práticas mudaria positivamente e aptidão da Unidade.

Esta Unidade também é apta para a pecuária, seja zebrinos, búfalos ou gado do tipo europeu.

Pelas declividades dominantes na Unidade, os riscos de erosão são mínimos. No entanto, aparece como um fator a ser considerado o risco de inundação.

ANEXO 2 - PROCEDIMENTOS PARA A ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO DO PESCADO

1 - Dadas as instabilidades e precariedades das condições pesqueiras, houve a necessidade de algumas considerações com o intuito de uma homogeneização para se chegar ao cálculo do volume e renda da pesca. Tais considerações podem ser assim resumidas:

- a) considerou-se dois períodos de pesca: safra e entressafra, em função do volume de um período para outro.
 - i) atribui-se à safra um período de seis meses (novembro a abril), e à entressafra o outro período de seis meses subsequentes (maio/outubro), considerado o período de inverno e reprodução;
- b) o cálculo embasou-se nos dados fornecidos em cada comunidade pelos próprios comerciantes e pescadores;
- c) para o volume de pescado e renda dos pescadores foram considerados, forma combinada, os seguintes elementos:
 - i) produção homem/semana;
 - ii) produção média recebida pelo comerciante;
 - iii) preço médio do pescado;
 - iv) renda média auferida com a pesca.

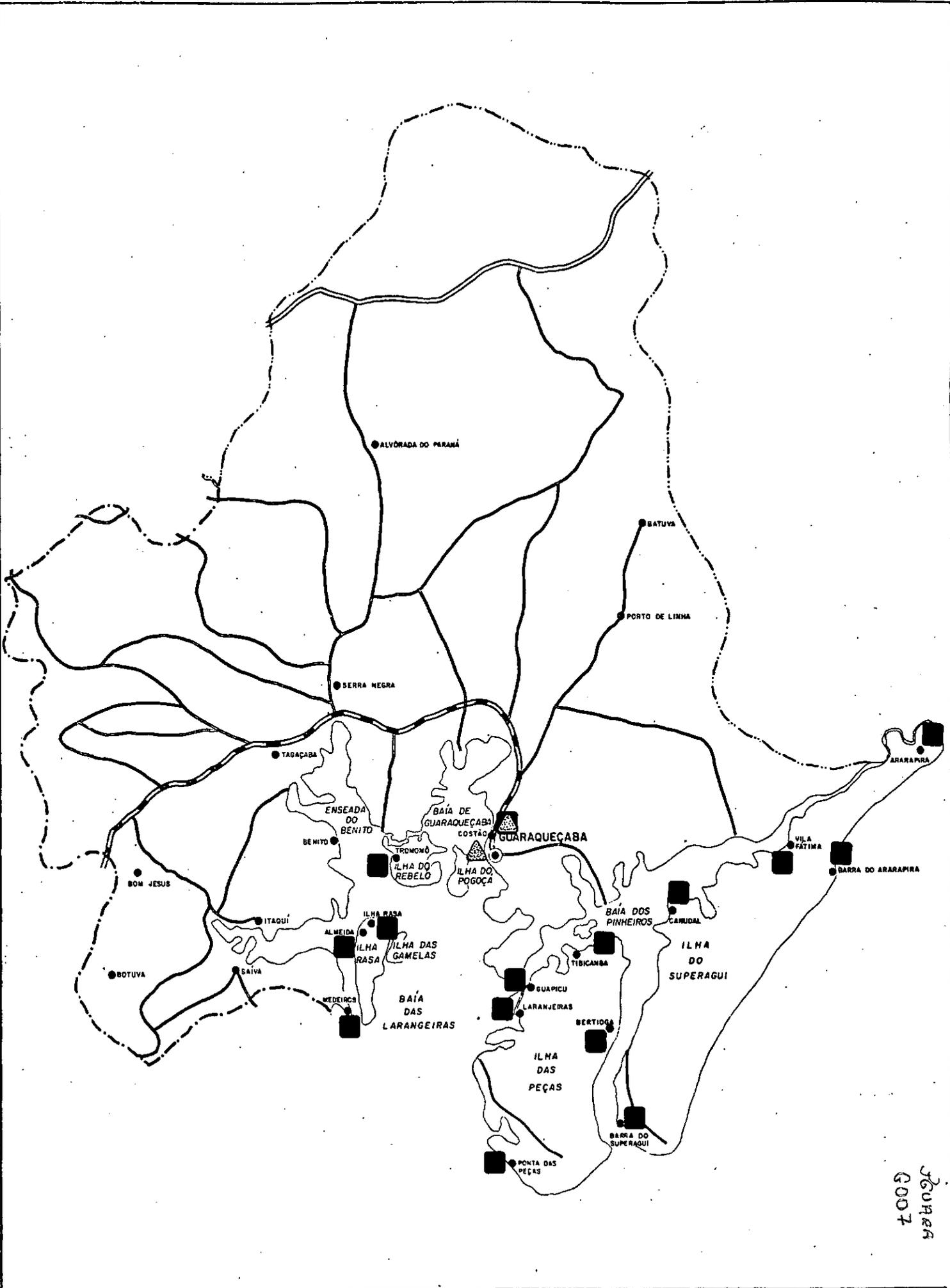
Para se chegar a tabela original 21, procedeu-se da seguinte forma:

- a) para a média de produção semanal compatibilizou-se os dados colhidos junto aos pescadores e o comerciante da comunidade, corrigindo as possíveis distorções entre os 2 dados (dados da entressafra);
 - b) preço médio do pescado:
 - i) observou-se que a oscilação de preços na safra e na entressafra não variam muito (ã exceção do camarão), o que se altera é o volume capturado. Pela média dos preços de entrega, tem-se: Cr\$ 40,00 por kg do pescado em geral, Cr\$ 80,00 por kg de camarão na entressafra e Cr\$ 40,00 por kg de camarão na safra.
 - c) Cálculo da Produção Total

(entressafra) $E = \text{quantidade média de pescado homem/ semana} \times 4 \text{ semanas} \times n^{\circ} \text{ de pescadores da comunidade} \times 6 \text{ meses.}$

(safra) $S = E \times 3$

(produção total) $T = E + S$
 - d) renda média anual dos pescadores:
 - i) volume de pescado por comunidade sobre n° de pescadores da comunidade \times preço médio do pescado.
- 2 - No caso da manjuba procedeu-se a compatibilização entre:
- i) renda auferida pelos pescadores com a manjuba;
 - ii) volume comercializado (proporção do volume capturado e o comercializado é de 5 por 1);
 - iii) dois (2) meses de safra.



Jouren
G007

	APLICAÇÃO DE FORMULÁRIOS
	ENTREVISTAS ABERTAS

Fonte: Fundação IPARDES

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
IPARDES
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

PROLITORAL - VIABILIDADE DE REATIVAÇÃO DE GUARACEMA COMO POLO ALTERNATIVO DE RECREAÇÃO DO PESCADOR E DE DOTAÇÃO E DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA

PESQUISA DE CAMPO

Curitiba - Paraná

ANEXO 3: FORMULÁRIO APLICADO NA SEDE URBANA DO MUNICÍPIO

FUNDAÇÃO IPARDES

PROJETO: VIABILIDADE DE REATIVAÇÃO DE GUARAQUEÇABA COMO PÓLO ALTERNATIVO DE RECEPÇÃO DE PESCADO E DE DOTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA

LOCALIZAÇÃO:

1 - CONDIÇÕES DE OCUPAÇÃO DO DOMICÍLIO

- | | |
|--------------|---------------|
| a) Adquirido | d) Invadido |
| b) Alugado | e) Construído |
| c) Cedido | f) Outros |

1.1 - Se Adquirido

- | | |
|---------|------------|
| a) Pago | b) Devendo |
|---------|------------|

1.1.1 - Se devendo, quanto paga de prestação:

Cr\$ _____

1.2 - Se alugado, quanto paga de aluguel:

Cr\$ _____

1.3 - Se Construído

- a) Pela família sem auxílio de estranho
- b) Pela família com auxílio de estranho
- c) Pagou para construir

1.3.1 - Se construiu com auxílio de estranhos

- a) pagou
- b) gratuito
- c) compensação com trabalho

1.4 - Situação do terreno

2 - NÚMERO DE CÔMODOS NO DOMÍLIO

- | | |
|----------------|---------------------------|
| a) dormitórios | d) instalações sanitárias |
| b) salas | e) outros: _____ |
| c) cozinha | |

2.1 - Instalação sanitária fora ou dentro da casa

- | | |
|---------|-----------|
| a) fora | b) dentro |
|---------|-----------|

2.2 - Se não possui instalação sanitária

- a) fossa negra
- b) fossa cêptica
- c) outros: _____

2.3 - Infra-estrutura (descrição) gasto em Cr\$

- a) água, _____, Cr\$ _____
- b) luz, _____, Cr\$ _____
- c) esgoto, _____, Cr\$ _____
- d) outros, _____, Cr\$ _____

3 - NÚMERO DE PESSOAS RESIDENTES NO DOMICÍLIO (especificar)

	Parentesco	Idade	Escolaridade
1º	_____	_____	_____
2º	_____	_____	_____
3º	_____	_____	_____
4º	_____	_____	_____
5º	_____	_____	_____
6º	_____	_____	_____
7º	_____	_____	_____
8º	_____	_____	_____
9º	_____	_____	_____
10º	_____	_____	_____
11º	_____	_____	_____
12º	_____	_____	_____

3.1 - Se tem alguém em idade escolar e não estuda, por que?

4 - EXISTEM OUTRAS CASAS NO LOTE

- a) sim
- b) não

4.1 - Se existem, quantas:

4.2 - Pertencem ao entrevistado

- a) sim
- b) não

4.3 - Se existem e pertencem ao entrevistado, quem mora?

- a) parente
- b) estranho

4.3.1 - Se parentes ou estranhos, pagam aluguel?

- a) sim
b) não

4.3.2 - Se pagam, quanto? Cr\$ _____

5 - POSSUI:

- a) fogão a gás
b) fogão a lenha
c) rádio
d) televisão
e) geladeira
f) ferro elétrico
g) outros

6 - ATIVIDADE DO PAI OU CHEFE DA CASA: _____

6.1 - Rendimento (especificar)

7 - OUTRAS PESSOAS TRABALHAM E QUANTO GANHAM:

	Parentesco	tipo de trabalho	rendimento
1º	_____	_____	_____
2º	_____	_____	_____
3º	_____	_____	_____
4º	_____	_____	_____
5º	_____	_____	_____

7.1 - Se a mulher não trabalha, faz serviço para fora?

- a) sim (especificar) _____
b) não

8 - QUANDO PRECISA DE MÉDICO RECORRE À:

Especificar: _____

9 - O SERVIÇO MÉDICO É:

- a) pago Cr\$ _____
b) gratuito
c) nunca procura

10 - SE NUNCA PROCURA MÉDICO, EM CASO DE DOENÇA A QUEM RECORRE?

Especificar: _____

11 - ENUMERAR O QUE FALTA NA CIDADE, EM SUA OPINIÃO

- 1 - _____
 2 - _____
 3 - _____
 4 - _____
 5 - _____
 6 - _____

12 - ESTRUTURA DE GASTOS: (Gêneros, Cr\$)

Alimentação: 1 - _____ Cr\$ _____
 2 - _____
 3 - _____
 4 - _____
 5 - _____

Vestuário: 1 - _____ Cr\$ _____
 2 - _____
 3 - _____
 4 - _____

Saúde: _____ Cr\$ _____

Educação: _____ Cr\$ _____

Moradia: 1 - _____ Cr\$ _____
 2 - _____
 3 - _____
 4 - _____

Outros: (especificar) _____ Cr\$ _____

FUNDAÇÃO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

DIRETORIA EXECUTIVA

RUY NEVES RIBAS - Diretor-Presidente

AUGUSTO CESAR DE CAMARGO FAYET - Coordenador Técnico

EQUIPE TÉCNICA

CARMEM SUELI JAPIASSU VANHONI - Acadêmica de Economia

GRACIA M. VIECELLI -

KAREN DE FÁTIMA FOLLADOR

MARIA LUCIA DE PAULA URBAN - (Coordenadora)